



ACÇÃO SOCIALISTA

SUPLEMENTO MOÇÕES
ELEIÇÃO SECRETÁRIO-GERAL
DO PARTIDO SOCIALISTA
ELEIÇÃO PRESIDENTE DAS
MULHERES SOCIALISTAS



XIX
CONGRESSO
NACIONAL

MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL

REFUNDAR O PS PELO FUTURO DE PORTUGAL

Primeiro subscritor

AIRES PEDRO

1. DAS MOTIVAÇÕES E RAZÕES DA NOSSA CANDIDATURA

Em primeiro lugar, sou candidato a Secretário-geral do PS, porquanto, tal como eu, muitos militantes do PS não querem ser um eco enfraquecido de uma liderança que passou dois anos em complacência com a maioria das políticas do Governo. O prejuízo das pessoas, as mesmas que o camarada António José Seguro garantiu estarem primeiro, aquando da sua candidatura a Secretário-Geral, foi gritante;

Em segundo lugar, sou candidato a Secretário-geral do PS porque entendo e defendo um partido plural, democrático e receptivo à participação activa e cívica de todos (as) militantes e simpatizantes. A participação e pluralidade de ideias não podem ser entendidas como factor de “irresponsabilidade” e “deslealdade”, antes pelo contrário! A construção de um partido mais sólido, coeso e unido, depende do debate de ideias e de propostas concretas que contribuam para o aprofundamento democrático e para a construção de alternativas credíveis e coerentes;

Em terceiro lugar, sou candidato a Secretário-geral porque tenho vida profissional própria, autonomia pessoal e política para desenvolver uma actividade partidária baseada em princípios que não são compatíveis com silêncios, medos e nem se inserem na defesa de qualquer “agenda pessoal”;

Em quarto lugar, sou candidato a Secretário-geral porque considero que a credibilidade da actividade política só é ganha se formos capazes de resistir a pressões, a tentações e a lógicas pouco transparentes. Por isso mesmo, a nossa responsabilidade não é a fazer uma oposição apelidada de “responsável”, mas antes responsabilizar a oposição. A nossa responsabilidade é procurar instrumentos e soluções que promovam o crescimento, o emprego, a solidariedade social, bem como a defesa da qualidade dos serviços públicos e do estado social.

Destarte, são estas as principais motivações da nossa candidatura: mais independência e menos dependência, mais convicções em vez de clientelismos. Por isso afirmo a importância inadiável de um profundo debate sobre o funcionamento interno do nosso partido, o qual não dispensa o contributo de todos os nossos militantes e, por conseguinte, a pluralidade das suas ideias, sendo igualmente urgente proceder-se a uma revisão do funcionamento das Comissões Regionais e Federativas de Jurisdição, e, com especial enfoque, a uma profunda reforma do funcionamento da Comissão Nacional de Jurisdição, como

garante do funcionamento democrático do nosso partido. Permitir a todos os militantes o pleno e eficaz exercício dos seus direitos estatutários em plena conformidade com a Lei Orgânica dos Partidos e respectivos direitos constitucionalmente consagrados de participação na vida do nosso partido é o nosso objectivo.

O PS não pode nunca descurar a democraticidade e plena legalidade de atuação dos seus órgãos, sejam eles nacionais, regionais ou federativos. Um partido que não garanta a sua democracia interna, dificilmente poderá assegurar o funcionamento democrático das nossas instituições públicas e por consequência, apresentar-se como garante do nosso Estado de Direito e da Constituição da República Portuguesa.

2. INTRODUÇÃO

Porquê refundar o PS?

O Partido Socialista operou, nas últimas décadas, transformações sociais e políticas que se encontram comprometidas por um Governo contra-revolucionário. O PS é herdeiro de um compromisso histórico de defesa do sistema democrático e assume o seu passado de acção política como uma marca indelével na redução de atrasos estruturais do nosso país. É sua obrigação denunciar o actual Governo e a sua dissimulada desresponsabilização pela catástrofe social que, imperceptível aos dirigentes do país, é uma realidade e promoveu 200000 desempregados no ano transacto. O dever do PS para com os portugueses é o de proteger todos e cada um deles; **distinguir uma governação com prioridades diferentes das nossas de uma governação que faz do ataque contra-revolucionário à Constituição da República Portuguesa a sua maior arma.**

A coligação governamental eleita em 2011 traiu cada uma das propostas que estabeleceu em contrato eleitoral com portugueses. O Sr. Presidente da República presta a mais descarada e promíscua assessoria política à incompetência deste Governo. A Troika é quem mais ordena em Portugal e a União Europeia é parte integrante do esvaziamento político, económico e social do Sul da Europa. O Governo orgulha-se de “ir para além” dos compromissos assinados no Memorando de Entendimento e não demonstra pudor em infligir sacrifícios aos portugueses em nome de uma dívida pública nunca explicada ou fundamentada. O Partido Socialista deve atentar na crise de representatividade destas instituições e criar condições para impor uma agenda política antagónica àquela preconizada pelo Governo.

Para Mário Soares, o PS “deve ser refundado de alguma maneira, tem de ser melhorado, tem de discutir política a sério e tem de ter política a sério e grandes ideias para o futuro”. Aquilo que propomos a sufrágio nestas eleições do Partido Socialista é, citando Francisco Assis: “a refundação do partido em termos programáticos, para adequação a novas realidades e produção de uma doutrina que responda a novas questões”, quer orgânicas ou de relação com a sociedade civil. A matriz ideológica do Partido Socialista deve ser respeitada e, no cumprimento da sua Declaração de Princípios, **jamais o PS se poderá expor a um Governo de Salvação Nacional ou estar disponível para coligações com o PPD-PSD e CDS-PP, responsáveis máximos pelo esvaziamento de soberania do nosso país.** A agenda progressista do PS exige uma liderança forte, imune a processos internos de descredibilização de militantes, acima de interesses instalados no partido, percursora de uma postura de respeito junto dos portugueses e munida de um discurso de reconhecimento dos erros e virtudes do passado.

O proclamado “Documento de Coimbra”, apresentado como tratado estabilizador das sensibilidades internas, mais não representa do que uma **falsa unidade** em torno de propostas políticas que, algumas delas, esta direcção do PS não votou favoravelmente no Parlamento. Reportemo-nos, a título de exemplo, ao aumento do Salário Mínimo Nacional. Também por este motivo reafirmamos a urgência numa liderança capaz de respeitar uma linha de actuação política e que, coerentemente, se moralize junto dos portugueses.

Há alternativas a este “Estado de Excepção”, quer do país, quer do Partido Socialista. Pedimos a confiança a todos os militantes em nome de outra actuação do nosso partido e, sobretudo, em nome de uma alternativa política que retome a dignidade e as garantias dos portugueses e reforce a confiança dos cidadãos no Partido Socialista.

3. DO FUNCIONAMENTO DO NOSSO PARTIDO

A democraticidade interna do nosso partido e, por conseguinte, a própria liberdade de expressão e a crítica legítima dos nossos militantes parece de uma mera miragem. Infelizmente, muitos são aqueles que consideram que a livre opinião dos militantes “deverá recuar” ou simplesmente ser “silenciada” em face da linha política definida “superiormente” pelos órgãos do partido. Tal não é e nunca será aceitável num par-

tido que ajudou a estabelecer a democracia em Portugal. Aliás, quando o partido abandona internamente o livre exercício da opinião dos seus militantes, dificilmente poderá contribuir para o próprio reforço da democracia em Portugal.

Os órgãos de jurisdição do nosso partido revelam igualmente um quase desprezo pelas reclamações dos nossos militantes, permitindo que os respectivos processos de impugnação se arrastem por longos períodos de tempo, em nada privilegiando a responsabilidade daqueles que têm por função zelar pela legalidade e respeito pelos Estatutos do PS, a verdadeira “Constituição” do nosso partido.

3.1. Das Primárias para a escolha do candidato a 1.º Ministro, candidatos a deputados e candidatos a Presidentes de Câmaras Municipais pelo PS

Por mera tradição do nosso partido, como noutros, é candidato a 1.º Ministro quem, em dado momento, desempenha o cargo de Secretário-geral, por considerar-se que é aquele que em determinado momento eleitoral aparece como o candidato “natural” a 1.º Ministro. Tal opção, como a escolha dos nossos candidatos a deputados e candidatos a presidentes de câmaras municipais, sem qualquer consagração jurídica nos nossos Estatutos, em nada favorece a participação democrática, quer de militantes, quer por parte dos simpatizantes do nosso partido. Na verdade, tal opção favorece os chamados “sindicatos” de voto, e em nada contribui para a própria abertura do nosso partido à sociedade civil.

Propomos que no XIX Congresso Nacional do PS seja objeto de votação, conforme o preceituado nos art.ºs 54, n.º 2 e 97, n.º 1 dos Estatutos do PS, a seguinte proposta de alteração estatutária:

1. A escolha e respectiva eleição do candidato a 1.º Ministro pelo PS, concretiza-se mediante o sistema de lista uninominal e sufrágio direto, considerando-se eleito o candidato que obtenha a maioria dos votos expressos dos militantes e simpatizantes do partido socialista, não se considerando como tal os votos em branco e os votos nulos;

2. O mesmo procedimento será aplicado à escolha e conseqüente eleição dos candidatos a deputados e candidatos a Presidentes de Câmara do PS;

3. Os respectivos processos eleitorais internos do PS deverão ocorrer até 60 dias antes dos actos eleitorais a que digam respeito.

Em nome da total democraticidade do funcionamento interno do Partido Socialista, e assim contribuindo para a igualdade de candidaturas para a eleição do seu SG, só deverá ter direito de voto quem efetivamente seja eleito delegado aos respectivos Congressos Nacionais, não sendo assim reconhecido o direito de voto por mera inerência do cargo que determinado militante venha exercendo dentro e fora do PS.

Pelo que propomos que no XIX Congresso Nacional do PS seja objeto de votação, conforme o preceituado nos art.ºs 54, n.º 2 e 97, n.º 1 dos Estatutos do PS, a seguinte proposta de alteração estatutária:

1. Nos Congressos Nacionais do PS só têm direito de voto os delegados que para tal, nos termos estatutários e regulamentares, sejam eleitos.

4. DA ACTUAÇÃO DO PS COMO ACTUAL PARTIDO DA OPOSIÇÃO E DA SUA VOCAÇÃO NATURAL PARA SER GOVERNO

A direcção nacional do PS e, concretamente, o seu Secretário-geral, fragilizaram o Grupo Parlamentar desde a “abstenção violenta” promovida na votação do Orçamento Geral do Estado para 2012. Recordemos: este orçamento, para além de mais tarde ter sido rectificativo para disfarçar a execução orçamental do ano em questão, previa a alienação de um leque de direitos dos funcionários públicos, de que são exemplo os seus subsídios.

Durante o ano de 2012, o PS votou ao lado da maioria parlamentar a revisão do Código do Trabalho. Verificamos hoje, com a devida distância, que a mesma promoveu dezenas de milhares de despedimentos, desprotegeu os trabalhadores e reforçou a agenda de empobrecimento generalizado que o Governo defende para a saída da crise. **Esta cumplicidade no momento da decisão posicionou, aos olhos dos portugueses, o PS junto do Governo.**

Pelo reforço da prestação parlamentar do PS propomos que:

1. O PS assuma o actual Código do Trabalho como um instrumento de ataque aos direitos laborais e lidere uma iniciativa legislativa que englobe centrais sindicais e movimentos de precários e desempregados;
2. O PS deve promover um compromisso de acordos comuns com o BE e/ou PCP para áreas da governação como a Educação, Saúde, Segurança Social e Economia;

3. Na mediática “reforma do Estado”, o PS não negocie com base em propostas catastrofistas cujo objectivo é o desmantelamento das conquistas sociais das últimas décadas. O PS deve promover um debate interno alargado aos parceiros sociais, à sociedade civil e a outros partidos para uma reforma noutros pressupostos contrários àqueles encetados pelo Governo.

Acreditamos que estas propostas, no curto prazo, poderão restabelecer um laço de confiança entre o Grupo Parlamentar do PS e os seus eleitores. A responsabilidade do PS é fazer acordos com quem define prioridades idênticas às suas e **nunca permitir o teatro de cumplicidades a que temos assistido.** Responsabilidade política, ao contrário do que António José Seguro tem afirmado, é travar as iniciativas do actual Governo; é definir linhas prioritárias de intransigência; é, ao invés de amparar o Ministro Miguel Relvas e a sua quartada liberdade de expressão, defender os desempregados, os pensionistas e os jovens convidados a abandonar o país. A nossa prioridade, antes de institucionalmente assumirmos um papel contestatário e de protesto nas ruas, é de esgotarmos todos os canais de iniciativa legislativa na Assembleia da República. Enquanto não o fizermos, não estamos em condições de, nas manifestações, convencer os portugueses da ruptura total com o Governo e da nossa disponibilidade para uma linha política diferente. A reforma do nosso Estado é um imperativo nacional e, nesta matéria, **a mensagem do Partido Socialista para os portugueses só pode ser uma: estamos disponíveis para estudar todas as reformas necessárias, desde que as mesmas não constituam um ataque deliberado à Constituição da República Portuguesa.**

4.1. Dos desafios da denúncia do Memorando de Entendimento

O Memorando de Entendimento celebrado com a Troika comprometeu o país com a sua própria destruição. Para além do diagnóstico errado dos nossos problemas estruturais, as soluções preconizadas assentam na desvalorização salarial, no confisco de rendimentos e na alienação de património e activos públicos. Hoje, e apesar dos montantes financeiros recebidos por Portugal, verificamos a eminente bancarrota e a possível insolvabilidade do país. Perante este diagnóstico, propomos:

1. A reestruturação da dívida pública, isto é, outros prazos de pagamento dos montantes em dívida, suspensão das amortizações e renegociação dos juros do empréstimo;
2. A oposição ao processo de privatizações em curso e a necessidade de nacionalizar activos públicos alienados até à presente data, para que no futuro o Estado possa ser a vanguardista em investimento reprodutivo;

3. Uma auditoria à dívida pública. Atentamos especialmente neste ponto pois o seu esclarecimento junto da sociedade é nulo. Devemos assumir a necessidade de uma avaliação da dívida para conhecimento da sua origem e causas, promover a sua transparência e questionar a sua legitimidade;

4.2. Do Projecto Europeu

Uma agenda política alternativa para a União Europeia é a principal reivindicação e expectativa das manifestações populares dos últimos meses. A incapacidade da actual direcção da Comissão Europeia em antecipar-se aos problemas e prever as melhores soluções responsabiliza-a pela insolvabilidade dos mesmos. Exemplo disso é a criação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira que só surgiu na iminência do pedido de ajuda externa da Grécia e, reconhecamos, para além de não ser o instrumento ideal no seu molde e propósito, o atraso na sua implementação e o crescente dos juros da dívida soberana arrastaram completamente o país e arrastaram outros Estados-membros para a uma situação de semelhante ruptura económica e financeira.

A iniciativa para um Tratado Orçamental da União Europeia com o objectivo de uma governação económica dotada de mais instrumentos de base federalista foi a solução apontada pelos diferentes Governos como ideal. A ratificação de propostas como o limite do défice orçamental não irá contribuir para a estruturação financeira de nenhum Estado-membro periférico. Muito pelo contrário, imporá uma regra de disciplina orçamental que prejudicará países onde é necessário investimento, competitividade e desenvolvimento relativamente ao Norte e Centro da Zona Euro.

São nossas propostas:

1. Aprofundamento da regulação política do sector financeiro, o reforço dos poderes do Banco Central;
2. Revisão do artigo 123.º do Tratado de Lisboa, que impossibilita o Banco Central Europeu de financiar as economias dos estados;
3. Emissão de dívida pública de forma conjunta (Eurobonds);
4. A harmonização dos regimes fiscais;
5. Reivindicação de investimento público reprodutivo como factor de crescimento económico;
6. Contestação da “regra de ouro” do Tratado Orçamental Europeu que limita os défices dos diferentes países, impossibilitando-os de políticas expansionistas. Nesta lógica, defender uma dívida transparente e sustentável, que permita ao país desenvolver-se.

4.3. Da Economia e do Emprego

As actuais estimativas da Comissão Europeia para a taxa de desemprego em Portugal apontam para que esta atinja os 17,3% em 2013. O desemprego é um flagelo social que se traduz em muito mais do que um número: representa rostos e famílias. É necessária a promoção de uma mudança de políticas de emprego promotoras de crescimento económico, a aposta na formação profissional e o combate à precariedade laboral. Para tal, entendemos que as políticas de emprego devem ser formuladas em função da necessidade de dar resposta a problemas com graus de profundidade e de complexidade diferenciados:

- Desemprego jovem qualificado;
- Desemprego de longa duração e pouco qualificado;
- Desempregos com mais de 55 anos.

Paralelamente, a definição de políticas de estímulo ao empreendedorismo, inovação e competitividade devem ser equacionadas enquanto instrumento estratégicos na transformação estrutural da economia portuguesa ao nível da produtividade, crescimento, emprego e coesão social. Entendemos que o estímulo necessário deve dotar os portugueses de capacidade empreendedora, deve potenciar comportamentos favoráveis às economias verdes, criar dinâmicas de aperfeiçoamento contínuo e acelerar processos de dinâmicas de inovação, modernização e crescimento.

O empreendedorismo, inovação e competitividade devem ser definidos como objectivos para uma economia de base tecnológica, industrial e produtiva.

São nossas propostas:

1. Aumento dos incentivos fiscais para empresas que possam absorver desempregados com mais de 55 anos;
2. Redefinição dos apoios à criação do próprio negócio (MicroInvest e Invest+), disponibilizando uma linha de crédito a juros controlados e, possivelmente, a fundo perdido;
3. Criação de um programa de estágios na Administração Pública que combata, em larga escala, a emigração dos jovens licenciados.

4.4. Da Educação para todos

A educação é um dos pilares centrais da intervenção do Estado, sendo a manutenção e aprofundamento da rede pública de educação uma das suas maiores responsabilidades. Os desafios que Portugal tem pela frente não se compadecem com uma estratégia de desinvestimento na educação pública, como aquela que é evidenciada pelo actual governo. Uma rede pública de ensino deve ser baseada na oferta pública de qualidade com recursos humanos, técnicos e de equipamentos adequados a cada nível de ensino.

Desde há algumas décadas que o crescimento das funções assistenciais por parte do Estado e a diminuição dos recursos disponíveis para as financiar obrigam a repensar o modelo de gestão dos organismos e instituições públicas.

Nesta lógica, defendemos que:

- 1. O Estado deve continuar a ser o garante da Escola Pública, como pilar fundamental para a criação de uma sociedade de excelência, necessária ao desenvolvimento do país e à afirmação da cultura portuguesa;**
- 2. A Escola Pública tem o dever de denunciar e combater o abandono escolar através do desenvolvimento de acções de qualificação e de valorização dos cidadãos, assentes no conhecimento, no desenvolvimento criativo e inovador como resposta à crescente globalização;**
- 3. É preciso apostar na criatividade e no empreendedorismo como estratégias de valorização das comunidades locais, com interesse nacional e supra nacional;**
- 4. É preciso realizar uma verdadeira articulação entre a Escola Pública e a Sociedade Civil, aproximando os seus intervenientes e desenvolvendo estratégias de promoção comuns;**
- 5. Deve ser combatida a ideia da “aglomeração educativa” (os mega agrupamentos) que visa apenas alcançar uma Economia de Escala. É imperioso defender a Educação sobre o primado da economia, valorizando as realidades educativas ajustadas aos diferentes domínios sociais;**
- 6. Defender uma verdadeira articulação curricular, combatendo a repetição de saberes, através de um trabalho cada vez mais cooperativo entre os docentes;**
- 7. Valorizar a formação contínua de professores em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional;**
- 8. Valorizar e apoiar o trabalho das unidades de gestão escolar, promovendo uma verdadeira articulação com o Ministério da Educação e os seus respectivos serviços centrais, desburocratizando as relações entre estas entidades;**
- 9. Pensar e discutir uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo ajustada às realidades actuais e aos interesses dos jovens, famílias e Sociedade.**

para 396 mil em 2011. Paralelamente, foram reforçadas vagas em sectores com claro défice de profissionais em Portugal, como é o caso das Ciências da Saúde – de 19 mil em 1995 para 64 mil em 2011. Ao nível da formação avançada, Portugal tem aumentado os seus indicadores de número de doutoramentos e investigação para níveis próximos da média europeia: 18 mil estudantes de doutoramento em 2011 comparando com menos de 3 mil em 1998. A rápida expansão dos sistemas de ensino e investigação faz com que seja necessário aumentar a qualidade da formação inicial e avançada, permitindo a verdadeira diversificação das missões das instituições de ensino Superior. Contudo, os cortes anunciados e elaborados pelo Governo contrariam estes sinais e reflectem o abandono desta prioridade nacional. Assim, propomos:

- 1. O reforço da verba disponibilizada para acção social;**
- 2. A interrupção dos aumentos anuais do valor das propinas.**

4.5. Do Serviço Nacional de Saúde para todos

O Serviço Nacional de Saúde é a maior conquista social na era democrática do país. Não podemos aceitar que, a pretexto de estrangimentos orçamentais, e sem uma profunda discussão sobre que tipo de SNS queremos, se modifiquem radicalmente os pressupostos de base do seu financiamento ou do seu funcionamento.

Afirmamos que o SNS é um sector estratégico fundamental e que deve ser reforçado no actual momento. Os ataques do Governo através do aumento das taxas moderadoras representam o recuo no acesso universal aos hospitais e centros de saúde. Neste sentido, propomos ao Congresso Nacional que se realize um amplo debate acerca de:

- 1. A abolição das taxas moderadoras;**
- 2. O modelo de financiamento do SNS;**
- 3. A constitucionalidade das políticas adoptadas pelo Governo.**

4.6. Da Segurança Social para Todos

As injeções na Segurança Social de outros sistemas de providência, nomeadamente corporativos, preocupam-nos. Estamos perante uma injeção artificial de fundos que, a longo prazo, nada representarão na sustentabilidade do sistema de pensões. Esta matéria é da maior importância e estudos recentes indicam que a solvabilidade da Segurança Social está comprometida. O equilíbrio entre a receita fiscal e o pagamento de pensões não existe. Assim, e após este diagnóstico alarmado, exigimos que o PS:

- 1. Proceda a uma recolha de informação fidedigna da actual situação da Segurança Social;**

2. Promova, através dos seus mecanismos próprios de reflexão política, um estudo técnico de viabilidade financeira do sistema e que, nos seus proponentes, se salguarde de quadros das Universidades, do Ministério e de personalidades internacionais com provada competência para tal.

4.7. Da Justiça para todos

A Justiça portuguesa encontra-se hoje votada ao desprezo político. As reformas legislativas feitas sobre “o joelho” não passam disso mesmo. As pendências processuais, fruto também, de alguma negligência dos Magistrados portugueses, e a conseqüente morosidade processual, não só violam outro importantíssimo direito constitucionalmente consagrado (direito de acesso à justiça e concretização da mesma em tempo útil) como inquinam o necessário desenvolvimento económico de Portugal.

Sabemos bem que de acordo com recentes estudos económicos, a morosidade da justiça portuguesa, várias vezes apontada pelo próprio Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (e as condenações que por este tem sido proferidas, tendo por destinatário Portugal), tem um enorme impacto negativo na economia portuguesa, afastando o sempre desejável investimento estrangeiro

Por isso, urge dar início às necessárias reformas do nosso sistema judicial, tais como:

- 1. Implementação da Lei do enriquecimento ilícito sem inversão do ónus da prova em face do princípio constitucional da presunção de inocência do arguido;**
- 2. Acabar com a fuga de informações em processos judiciais que se encontrem sob segredo de justiça; combate à corrupção (Lei nº19/2008 de 21 de Abril);**
- 3. Garantir uma efectiva responsabilização dos titulares de cargos políticos em caso de violação;**
- 4. Garantir meios e especialização no combate ao crime económico;**
- 5. Aplicar com eficácia as medidas de descongestionamento dos Tribunais, nomeadamente no âmbito da pendência de acções executivas.**

4.8. Da Autarquias Locais e Regiões Autónomas

As Autarquias, desprezadas pelo actual Governo, são as responsáveis pela infra-estruturação e povoação do país. Os níveis de coesão social e territorial demonstram que a autonomia local e regional promoveu as reformas que o poder central nunca terá capacidade de operar. Para esta candidatura, as linhas gerais que devem guiar o Municipalismo em Portugal são a valorização administrativa do território assente em instituições credíveis e ajustadas às necessidades

da população e o reconhecimento e formação dos representantes do Estado, nas autarquias locais, possibilitando a resposta de excelências às exigências dos cidadãos.

As Regiões Autónomas com parte integrante do território nacional, não podem ser objecto de dupla insularidade. Sem nunca esquecer que o princípio da solidariedade nacional deve ser recíproco, não pode todavia o Estado Central esquecer-se das especificidades e múltiplos estrangimentos económicos, próprios das nossas Regiões Autónomas, Madeira e Açores. Defendemos um contínuo e sólido aprofundamento dos direitos e poderes autonómicos, com o inerente respeito pelos seus Estatutos Políticos e Administrativos, nomeadamente, a valorização e respeito pela sua autonomia fiscal. A recente reforma da lei das Finanças Regionais, traduz-se, tal como a igual reforma das Finanças locais, num tal aniquilamento da referida capacidade e autonomia fiscal, o qual deverá merecer uma forte oposição do PS, quer na AR quer junto do TC, aí requerendo a fiscalização sucessiva da constitucionalidade de tal reforma, por manifesta violação dos Estatutos autonómicos.

São questões centrais para esta candidatura:

- 1. A promoção de um debate que permita constituir um modelo de Regiões Administrativas para Portugal Continental;**
- 2. Contestar a actual Lei de Compromissos e devolver a gestão dos recursos aos órgãos autárquicos eleitos. Não é justificável que, para actos de gestão corrente, qualquer autarca se tenha deslocado ao Terreiro do Paço para se justificar perante o Ministro das Finanças;**
- 3. Uma nova Lei das Finanças Locais, ajustada aos novos desafios do Estado.**

4. CONCLUSÃO

É objetivo desta Moção de Orientação reposicionar o debate no interior do Partido Socialista. Depois do PS decidir o caminho conceptual e programático, estará em condições de apresentar um projecto credível aos portugueses. Reforçamos que o PS não pode nem deve rejeitar in limine eventuais convergências com os demais partidos de esquerda. E não as deve rejeitar, se para tanto, verificarem-se as necessárias condições políticas que permitam e justifiquem compromissos do PS com restantes forças políticas em nome dos superiores interesses de Portugal. Seguramente que não esqueceremos o passado, em que duas forças políticas de esquerda, num exercício político inédito em Portugal, aliaram-se à direita para derrubar um governo socialista. No entanto, não podemos repelir in totum compromissos com tais restantes forças políticas de esquerda, se as necessidades do País assim reclamarem tais entendimentos políticos.

MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL PORTUGAL TEM FUTURO

Primeiro Subscritor
ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

1 - O MOMENTO QUE O PAÍS VIVE

1.1. A situação atual

Portugal vive um momento dramático. Em violação dos seus compromissos eleitorais, o atual Governo tem vindo a prosseguir uma estratégia de empobrecimento do País, assente numa violenta política de austeridade do custe o que custar e numa agenda ideológica ultraliberal contra as funções sociais do Estado. Os resultados estão à vista de todos.

- O desemprego atinge valores nunca vistos. Há 923 mil desempregados e todos os dias há mais portugueses que perdem o seu emprego;
- A economia está em recessão profunda (-3,2% do PIB, em 2012);
- A dívida pública continua a aumentar (em 2012, passou de 108% para 122,5% do PIB; um aumento superior a 20 mil milhões de euros)
- O défice orçamental falha sistematicamente as metas previstas.

A situação é má e, se nada for feito, vai piorar.

As previsões já conhecidas apontam para mais desemprego (a caminho do milhão de desempregados), menos economia (o dobro da recessão prevista pelo Governo), mais dívida pública e aumento do défice orçamental em relação ao estabelecido no memorando (mais de 3 mil milhões de euros de diferença, para o final deste ano).

A vida dos portugueses vai de mal a pior. E não tinha, nem tem que ser assim!

Só é assim por opção e por responsabilidade do Governo PSD/CDS.

As principais vítimas desta política são os mais pobres e as classes médias, gravemente afectadas nas suas condições de vida, de igualdade de oportunidades e de mobilidade social; fortemente atingidas pelo desemprego e, em muitos casos, confrontadas com um sério risco de pobreza.

Enquanto isso, muitos milhares de jovens, incluindo os mais qualificados, são empurrados para a fatalidade da emigração por um Governo sem visão de futuro, que se mostra incapaz de lhes abrir um horizonte de esperança.

As famílias, por seu turno, enfrentam dificuldades cada vez maiores e as taxas de

natalidade caem para níveis alarmantes.

Os pensionistas e os funcionários públicos foram particularmente atingidos pelo Governo com os Orçamentos de 2012 e 2013.

Perante isto, em vez de arrear caminho, o Governo - mais uma vez de forma unilateral, sem envolver a oposição e os parceiros sociais - acordou com a "troika" (em Setembro de 2012) uma nova redução do défice para 2,5% do PIB já em 2014 (metade do valor acordado pela Irlanda para o mesmo ano!). Consequentemente, mesmo depois de ter decretado um enorme aumento de impostos em 2013, o Governo propõe-se concretizar, em 2014, uma nova arremetida contra o Estado Social por via do corte de 4 mil milhões de euros na despesa, sobretudo nas áreas da segurança social, da educação e da saúde, com inevitáveis prejuízos para os serviços públicos e para as transferências sociais de que depende o rendimento de muitas famílias, já gravemente atingidas pelas políticas de austeridade. Esta situação agrava as desigualdades sociais do país, exclui milhares de portugueses do acesso a serviços públicos e atira cada vez mais pessoas para a situação de pobreza.

Ao mesmo tempo, o Governo coloca portugueses contra portugueses, seja através dos trabalhadores do setor privado contra os da função pública, ou dos jovens contra os idosos. As afrontas do Governo aos portugueses sucedem-se, ora chamando-lhes de piegas, ora comparando o desemprego a uma oportunidade, ora apontando a emigração como a oportunidade para os jovens que querem trabalhar.

A obsessão do Governo pela austeridade afere-se também pelo facto de um dos três objetivos do memorando, a "promoção do crescimento económico e correção dos desequilíbrios macroeconómicos" ser sistematicamente ignorado. Estamos perante um Governo que ignora os compromissos para o crescimento e o emprego que decorrem do acordo de concertação social e que na Europa é sempre dos últimos a reclamar uma intervenção mais efetiva em prol da coesão e do crescimento.

A política do Governo, além de inspirada por uma ideologia desajustada das necessidades do País e dos valores em que se funda o contrato social, consensualmente estabelecido no Portugal democrático, assenta numa errada compreensão da natureza e das causas da crise que o País e a Europa enfrentam.

1.2 A natureza da crise

O PS rejeita a narrativa simplista e moralista da direita sobre a crise atual, ao ignorar o forte impacto da crise internacional na economia portuguesa e ao criar a ideia de que os portugueses viveram acima das suas possibilidades.

O PS rejeita a prática política ultraliberal do Governo que aponta o empobrecimento como solução para a crise.

O PS reafirma a sua alternativa, pela qual a crise pode e deve ser ultrapassada pela via do crescimento económico e do emprego, conciliada com a necessária disciplina orçamental.

O mundo vive há mais de cinco anos numa sucessão de crises: depois do sub-prime, iniciámos 2008 com receio da escassez e da alta de preços de bens alimentares e de petróleo e terminámos esse ano com a falência de gigantes da finança. Dos Estados Unidos da América para o mundo a crise desenvolveu-se à velocidade da globalização e dos movimentos financeiros.

Nos últimos anos muito foi posto em causa e as vítimas foram-se sucedendo. Primeiro, foi preciso apoiar os bancos para que o sistema financeiro não colapsasse e como ele a economia. Foi nesse ponto que se começou a falar no risco sistémico. Depois 2009, foi o ano em que forma mais aguda a crise financeira se transforma na crise económica que levou para o desemprego milhões de pessoas e obrigou a repensar a estratégia das empresas. A braços com a maior crise desde a Grande Depressão dos anos 30 do século passado, fomos confrontados com a crise das dívidas soberanas e com um ataque sem precedentes ao euro e talvez pela primeira vez na história com a incapacidade dos Estados regularem a investida e domínio da especulação financeira.

No final de 2010, depois da crise Grega, Portugal foi apanhado no turbilhão das dívidas soberanas. Esta crise aconteceu quando Portugal punha em execução uma política orçamental contracíclica para combater a crise económica decorrente da crise do subprime americano. Portugal seguiu as orientações da Europa que começou por assumir que havia uma crise em alguns países, a começar pela Grécia, e só muito tardiamente percebeu que também era uma crise do Euro, que radicava na construção incompleta da União Económica e Monetária e que punha em causa a estabilidade de toda a UE.

Em Maio de 2011, na sequência do chumbo do PEC IV, foi assinado entre o Governo português por um lado, e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (Troika) um programa de ajustamento económico-financeiro até Junho 2014 que exige o cumprimento de um conjunto de medidas. O PSD e o PP acompanharam as negociações comprometeram-se antecipadamente com o cumprimento do Memorando.

A verdade é que a crise das dívidas soberanas mais do que efeito necessário de políticas nacionais rejeitadas pelos mercados, é consequência de uma falha sistémica na construção da União Económica e Monetária, prontamente explorada pela especulação financeira. O factor decisivo para a subida dos juros dos "países periféricos" foi a ausência de um mecanismo europeu capaz de sustentar a propagação da crise das dívidas soberanas na zona euro. É hoje mais evidente do que nunca a importância decisiva de uma resposta europeia à crise das dívidas soberanas centrada no BCE. Não foram os resultados das políticas nacionais de austeridade que devolveram aos mercados a confiança perdida. A confiança só começou a ser recuperada quando, finalmente, o BCE optou por uma intervenção decidida, por via de volumosas cedências de liquidez ao sistema financeiro e, sobretudo, do anúncio de Mario Draghi de que "o BCE está disposto a fazer todo o necessário para preservar o euro. E acreditem em mim, será suficiente".

A crise internacional expôs inexoravelmente as nossas fragilidades estruturais.

Em Portugal a debilidade das finanças públicas foi amplificada por:

- Fraco crescimento económico;
- Forte dependência externa, com forte peso da componente energética e alimentar;
- Insuficientes reformas económicas de adaptação ao euro e a um mundo globalizado - falta de competitividade;
- Desequilíbrio das finanças públicas há décadas

Querer assacar a qualquer Governo a responsabilidade pela crise não é sério. Justo será reconhecer que todos os Governos tiveram a sua responsabilidade na situação do país.

O PS assume por inteiro todas as suas

responsabilidades passadas e presentes.

Agora, a questão de fundo, para o PS, é continuar a enfrentar as causas profundas e antigas das debilidades estruturais da economia portuguesa, a que se somou o efeito cumulativo do triplo “choque” competitivo causado pela moda única, pelo processo de alargamento da União Europeia e pela afirmação das economias emergentes no comércio global.

Perante tais desequilíbrios, cuja superação é necessariamente difícil e demorada, Portugal precisa de prosseguir, com ambição e persistência o amplo movimento de reformas e de modernização do País, da economia e do Estado, lançado pelos governos socialistas, com fortes apostas na qualificação dos recursos humanos, na ciência, na modernização tecnológica, na promoção das exportações e na redução da dependência energética. O desenvolvimento exige a qualificação e o pleno aproveitamento dos recursos do País, não o empobrecimento coletivo.

1.3 O Governo falhou

Este Governo não compreendeu a natureza da crise e não está a cumprir as promessas eleitorais que fez aos portugueses. Prometeu não baixar salários, nem despedir funcionários públicos. Afirmou que retirar o subsídio de natal e de férias seria um disparate. Prometeu mas não cumpriu.

É um Governo impreparado. Acenou, na campanha eleitoral, com a descida da TSU como medida mágica para aumentar a competitividade das empresas mas rapidamente a transformou num aumento da contribuição dos trabalhadores, em 7 pontos percentuais, para financiar as empresas.

Comprometeu-se, voluntariamente, a “cortar” 4 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado e a apresentar o respetivo plano até final de Fevereiro de 2013. Tentou camuflar este corte. Começou por lhe chamar refundação do memorando e terminou a falar de poupanças, como se fosse possível enganar, uma vez mais, os portugueses. O Governo fez juras de que Fevereiro seria o mês limite para apresentação do plano de cortes. Chegámos ao final do dito mês, não se conhece uma proposta do Governo e o prazo imperativo desapareceu num ápice. Não há memória de tamanha impreparação, de que a estrutura orgânica do Governo foi o primeiro sinal, com superministérios que dando a ilusão de poupar recursos, apenas alcançam ineficiência e atrasos nas decisões.

Este Governo não acertou uma previsão e falhou todos os objetivos.

Os portugueses cumpriram e fizeram todos os sacrifícios que lhe foram exigidos. O Governo falhou no défice, na dívida, no desemprego e na economia.

No início de 2012, o Governo previa uma queda da economia de 2,8%. A economia caiu 3,2%!

Em 2012, mais 126 mil pessoas perderam o seu emprego em relação às previsões do Governo!

A dívida pública cresceu mais de 16 mil milhões de euros em relação ao previsto pelo Governo.

E o défice orçamental real foi superior em mais de 1,7 mil milhões de euros em comparação com o previsto pelo Governo!

Numa jogada de antecipação às previsões da Comissão Europeia, o Governo já foi obrigado a reconhecer que a recessão para este ano vai ser o dobro da prevista por si próprio! O dobro!

Com o Orçamento em vigor há menos de dois meses, o Governo antecipou-se a uma humilhação e veio reconhecer o que já todos sabíamos: o orçamento deste ano não é realista, e por tal, é impossível de executar!

Não há memória de uma revisão tão grosseira. Apenas 51 dias após a entrada em vigor do orçamento! Isto diz muito sobre o grau de credibilidade e de consistência deste Governo.

O Governo está de costas viradas para os portugueses, nega a realidade e sempre recusou as propostas do PS para sairmos da crise. O PS defende, desde Outubro de 2011, que o país necessita de mais tempo para consolidar as contas públicas, em particular a redução do défice orçamental e o pagamento da dívida pública. Desde Outubro de 2011 que o Governo, e o Primeiro-Ministro em particular, dizem o contrário e recusam mais tempo para a consolidação das contas públicas. O Governo acaba de dar o dito por não dito e diz que afinal é necessário mais tempo, tal como o PS sempre defendeu. Mas ao fazê-lo, o Governo não reconhece o seu falhanço, os erros da sua política e que foi imprudente em não ter escutado o PS. Bem pelo contrário, o Primeiro-Ministro insiste que o país está na direção correta e que, ao pedir mais tempo, não está a contrariar o que disse.

Ao agir assim, ao não reconhecer que está a fazer o contrário do que sempre disse, o Primeiro Ministro enfraquece a sua autoridade política, num momento em que o país mais precisa de acreditar nas suas instituições.

Com este posicionamento, e o enfraquecimento do diálogo social patente na ameaça de ruptura do acordo de concertação social, o Governo aliena fortemente a sua capacidade para liderar a saída da crise.

Esta postura desadequada e a política errada por parte do Governo aumentam os receios dos portugueses. A incerteza e o

medo alastram. As pessoas temem o dia de amanhã. O Governo é incapaz de garantir uma confiança mínima no presente que permita aos portugueses olhar o horizonte com esperança.

1.4. Desafios

Este é um momento extraordinário na vida do país. **Sair da crise** é uma emergência. Mas não podemos sair da crise de qualquer modo, muito menos a qualquer preço. Estamos a falar de pessoas, das suas vidas e dos seus empregos. Estamos a falar do nosso futuro como povo e como país.

É em nome do futuro dos portugueses que o PS deve continuar a exercer uma **oposição séria, firme e construtiva, colocando as pessoas primeiro.**

Firme na defesa dos nossos valores essenciais (liberdade, solidariedade e justiça social); séria ao não prometer nada que não possa cumprir quando formos Governo; e construtiva apresentando sempre propostas alternativas às políticas de que discorda.

O PS continuará a **aperfeiçoar e afirmar a sua alternativa política** para devolver a esperança aos portugueses e mobilizar organizações, movimentos e pessoas que, não sendo militantes do PS, se reveem nos valores progressistas, no socialismo democrático e na social democracia. O PS é o espaço natural da esquerda democrática. O espaço onde cada vez mais portugueses depositam a sua esperança. Devemos dinamizá-lo de modo a torna-lo mais atractivo para todos quantos têm preocupações sociais e buscam soluções realistas para os problemas dos portugueses.

Este é o nosso compromisso.

O compromisso que queremos firmar com os portugueses, **através de um contrato de confiança** assente numa forma diferente de exercer a política (respeitando os compromissos, honrando as promessas eleitorais, separando a governação pública dos negócios privados, transparência e exercendo a governação em respeito e em diálogo com os portugueses) e numa alternativa política clara e credível (desenvolvimento do país, combate às desigualdades sociais e reformado o Estado, incluindo os sistemas eleitorais e a justiça), rejeitando o rotativismo que nada resolve e tudo agrava.

Temos consciência que o caminho é muito difícil e exigente. Ignorar a difícil situação que vivemos pode ser popular, pode até render muitos votos e tornar-se prática de outros partidos, mas é de uma enorme irresponsabilidade a que o PS não adere.

Optamos pelo caminho da exigência e da ambição, por estarmos convictos que esse é o melhor caminho que para Portugal.

Os desafios que se colocam ao PS são muito exigentes e fazem do próximo Congresso Nacional e da eleição do novo Secretário Geral dois momentos da maior importância política para a vida do partido e do país.

Em Abril próximo, ao elegermos o novo Secretário Geral, escolhemos também o candidato do PS a Primeiro Ministro nas próximas eleições legislativas; e ao elegermos os delegados ao XIX Congresso Nacional, optamos por uma determinada orientação estratégica para os próximos anos.

As responsabilidades do PS aumentam cada dia que passa. Cada vez há mais portugueses a confiar no PS. A entrada de mais de 20 mil militantes nos últimos dois anos é um sinal da crescente mobilização dos portugueses em torno do PS. Temos de continuar a merecer essa confiança e o dever de a honrar em todas as circunstâncias.

2 - ALTERNATIVA FORTE E CREDÍVEL

2.1 Vencer a crise

O PS não aceita o empobrecimento dos portugueses, rejeita mais medidas de austeridade e aposta no crescimento económico para a saída da crise.

O PS defende uma trajetória credível de ajustamento das nossas contas públicas. O PS quer que Portugal cumpra as suas obrigações externas e está empenhado na consolidação orçamental como decorre, nomeadamente, do voto favorável ao Tratado Fiscal. Mas para o fazer tem que adotar uma **estratégia credível** através, designadamente, da:

- Renegociação das condições de ajustamento com metas e prazos credíveis para a redução do défice orçamental e para o pagamento da dívida pública,** adequados à realidade económica e social do país e ao desempenho da economia europeia e mundial;
- Renegociação do alargamento dos prazos de pagamento de parte da dívida pública;**
- Renegociação do diferimento do pagamento de juros dos empréstimos obtidos;**
- Renegociação dos juros a pagar pelos empréstimos obtidos;**
- Reembolso dos lucros obtidos pelo Banco Central Europeu (sistema europeu de bancos centrais) pelas operações de compra de dívida soberana.**

Ao mesmo tempo é necessário estabilizar a economia e dinamizar a procura interna através da:

a) **Mobilização de fundos comunitários** com a dimensão e flexibilidade de regulamentação necessárias para se constituir como um instrumento decisivo de recuperação económica e coesão territorial e promoção dos fatores de competitividade e do crescimento intelectual, inclusivo e sustentável. Assim, deverão assumir-se como prioridades o combate ao desemprego jovem e à emigração qualificada; a melhoria das qualificações, da capacidade científica e tecnológica; a promoção da inovação e modernização empresarial, a reabilitação urbana e a redução do défice energético.

b) **Financiamento da economia e de novos investimentos, através da criação de um Banco do Fomento** e da promoção de instrumentos de capitalização das empresas, nomeadamente das PME.

c) **Adoção de medidas de política fiscal inteligente** que promovam o investimento, a capitalização das empresas e a preservação de postos de trabalho (exemplo: levar a custos parte dos empréstimos dos sócios das empresas, tal como acontece com os empréstimos bancários).

d) Apresentação de **projetos de investimento reprodutivo** e estruturante (caso da ligação ferroviária de mercadorias Sines – Madrid, potenciando o Porto de Sines) aos “Project bonds”;

O PS defende um **Acordo de Concertação Estratégica**. Este acordo deve ter como objetivo travar o empobrecimento, estabilizar as expectativas dos agentes económicos e promover a competitividade da economia. Este acordo de confiança deve regular o seguinte:

1) **Estabilização de médio prazo do quadro fiscal e das prestações sociais;**

2) **Evolução dos salários** em torno dos ganhos de produtividade, da situação económica do País, da taxa de inflação e dos ganhos de competitividade relativa com outras economias;

3) **Aumento do salário mínimo e das pensões mais reduzidas**, como forma de combate à pobreza e à apoio à recuperação da procura interna;

4) **Reposição dos níveis de proteção social** assegurados pelo complemento social para idosos e pelo rendimento social de inserção;

5) **Valorização da contratação colectiva**, como quadro adequado para a promoção da melhoria da produtividade nos diferentes sectores.

6) Mobilizar recursos, designadamente fundos comunitários, para apoiar num programa massivo de **formação e inserção profissional**.

Como o PS tem defendido, a saída da crise passa por uma resposta articulada e coerente ao nível nacional e ao nível europeu. No plano europeu, o PS defende:

a) **Criação de um Programa Europeu de Combate ao Desemprego Jovem**, com ação prioritária em países com elevada taxa de desemprego entre jovens, como é o caso de Portugal. O financiamento deste programa será feito através de um Fundo com duas origens: receitas das taxas sobre as transações financeiras a suportar pelos bancos e 40% dos fundos comunitários não utilizados, do atual quadro comunitário de apoio (o total das receitas iniciais ronda os 100 000 milhões de euros);

b) Uma política europeia de **progressiva mutualização dos sistemas de apoio ao emprego e de combate ao desemprego, em particular do subsídio de desemprego;**

c) **Reforço da ação do BCE junto dos mercados financeiros** de modo a que diminuam os custos de financiamento dos Estados em maiores dificuldades;

d) **Mutualização de uma parte da dívida dos Estados**, com a consequente partilha de soberania orçamental de cada Estado;

e) A **criação da União Bancária** completa com um **sistema comum de garantia de depósito** e um **mecanismo de recapitalização com poderes para intervir junto dos bancos**.

f) **O MEE deve poder emprestar dinheiro aos bancos sem afetar a dívida soberana dos Estados;**

g) A proposta defendida na alínea anterior deve aplicar-se, ao abrigo do princípio de igual tratamento entre Estados Membros, aos países que estão ao abrigo da assistência financeira (no caso português representa uma **diminuição da dívida pública em cerca de 7 p.p.**);

h) **Convergência fiscal**, pondo fim ao dumping fiscal e introduzindo um **sã concorrência** entre empresas e praças financeiras;

i) **Gestão cambial** conduzida de forma a não penalizar as economias do sul da Europa;

j) O **aprofundamento da União Económica e Monetária** como resposta afirmativa à crise do euro;

k) A correcção dos profundos efeitos

assimétricos resultantes da moeda única, das diferenças de competitividade e da crise financeira, tendo em vista o cumprimento do objetivo fundador inscrito nos Tratados de assegurar a convergência de desenvolvimento entre regiões e Estados;

l) **Eliminação dos paraísos fiscais.**

2.2 Construir um país moderno, justo e solidário

2.2.1 Um país moderno e desenvolvido

Rejeitamos a ideia de que para ser competitivo Portugal tenha que empobrecer. O desafio é outro. A nossa prioridade é o reforço da centralidade do País em relação aos mercados globais. Por isso apostaremos nas conexões ferroviárias, aéreas e digitais e optimizaremos as redes de conexões rodoviárias já existentes.

Valorizaremos o aproveitamento dos recursos endógenos. O vento, o sol, a água e o território são a base para o desenvolvimento de actividades criadoras de emprego, geradoras de riqueza, promotoras de exportações e de substituição de importações

As energias renováveis, o turismo, a exploração mineira e a agro-pecuária são a base dinamizadora duma economia em que a inovação limpa, a indústria com acesso às modernas técnicas e tecnologias e os serviços de elevado valor acrescentado constituem fontes centrais de criação de riqueza e de emprego sustentável.

Apostaremos num Portugal posicionado na primeira linha da nova economia verde e inteligente.

Queremos estar na linha da frente da construção de um novo desenvolvimento económico, social e ambiental. Não queremos apenas superar a actual crise económica – queremos uma nova economia, que afaste cenários de crises futuras.

Pugnamos por uma economia mais verde, que não esteja viciada no consumo pelo consumo, no crescimento pelo crescimento, que não dependa dos combustíveis fósseis e da degradação da natureza.

Defendemos uma economia em rumo sustentável, mais centrada na qualidade de vida das pessoas. Temos bem claro como uma política de ambiente exigente é um verdadeiro motor dessa nova economia verde.

Queremos manter metas nacionais ambiciosas de redução de emissões de gases com efeito de estufa, e de menor intensidade carbónica da nossa economia.

O PS entende que se deve apostar na eficiência energética, como forma de ajudar

as famílias, as empresas e o Estado a conter os seus custos energéticos.

Queremos ir mais além nas energias renováveis, abrindo caminho adicional ao potencial do sol e do mar como fontes de energia limpa.

Queremos trazer mais sustentabilidade aos transportes, com menos dependência da rodovia e dos combustíveis fósseis, e mais mobilidade eléctrica e transporte público.

Defendemos uma política de ordenamento do território, de cidades e de uso do solo orientada por critérios de sustentabilidade, de adaptação às alterações climáticas, e de manutenção e reforço do nosso capital natural.

Pugnamos por práticas agrícolas, florestais e pesqueiras orientadas para potenciar e fomentar os serviços que os ecossistemas naturais e a biodiversidade nos prestam.

Defendemos uma gestão pública da água que garanta a sua qualidade, o uso eficiente e o equilíbrio tarifário dos sistemas de abastecimento e saneamento.

Queremos que a política de resíduos assente na prevenção da sua produção, na reciclagem, e na valorização material e energética dos resíduos e seus derivados.

O objectivo do PS é levar Portugal a sair da actual crise económica através de uma opção clara por um rumo de desenvolvimento sustentável, criando uma economia mais verde, de baixas emissões, geradora de emprego e bem-estar social, e com qualidade ambiental reforçada.

Apostaremos num País rede que não aceita ser um protetorado, mas antes afirma o seu papel de ponte entre economias, mercados e culturas para se colocar na fronteira tecnológica e tirar partido da criatividade e da capacidade inovadora do seu povo.

Fomentaremos e apoiaremos as redes competitivas e os clusters de especialização para dar dimensão ao nosso potencial, facilitar a internacionalização das pequenas e médias empresas e fortalecer a dimensão global da nossa economia.

2.2.2 Um país justo, coeso e qualificado

Não nos resignaremos a continuar a ser um dos Países desenvolvidos com maiores coeficientes de desigualdade no acesso aos rendimentos e às oportunidades. O acesso ao conhecimento é a mais poderosa arma ao serviço da justiça social e da capacidade competitiva das sociedades.

Acreditamos nos portugueses. Conheçamos o seu valor e o seu potencial. Queremos qualificar cada vez mais as pessoas para a partir daí gerar comunidades mais

preparadas para os desafios da modernidade, da solidariedade e da felicidade.

Embora Portugal, enquanto País sob apoio financeiro internacional esteja dispensado do cumprimento obrigatório do Programa Nacional de Reformas no contexto da Estratégia Europa 2020, consideramos que o seu desígnio mobilizador não deve ser abandonado e que nada justifica a desistência das metas nele estabelecidas, no que se refere à aposta na investigação e na inovação, na criação de emprego, na aposta nas energias renováveis e na eficiência energética, no reforço das qualificações e no combate à pobreza.

A nova geração de portugueses deve ter, no mínimo, acesso às condições médias da União Europeia no que diz respeito aos indicadores de qualificação e justiça social no horizonte de 2020 constitui um compromisso mobilizador essencial e uma aposta em Portugal e nos portugueses que contrasta fortemente com o baixar de braços e os sinais de desistência da maioria ultraliberal que nos governa.

2.2.3 Uma agenda para o crescimento e emprego

Uma alternativa credível que devolva a esperança aos portugueses tem que apostar no progressivo aumento do grau de abertura da economia portuguesa, que sustentadamente reequilibre a balança de bens e serviços e reduza as necessidades de financiamento externo do país, bem como crie novos postos de trabalho, qualificados e com rendimentos do trabalho mais elevados. O incremento progressivo dos rendimentos do trabalho de acordo com o aumento da produtividade deve ser um dos objetivos programáticos da política económica do PS.

O PS propõe uma **agenda para o crescimento e o emprego** com sete pilares fundamentais:

1. Qualificação das Pessoas

Utilizar os fundos comunitários, do QREN (no âmbito do POPH), e em particular do novo QCA 2014-2020, para combate ao desemprego, promoção das qualificações e reforço da ligação ao terceiro sector.

2. Financiamento da Economia e Capitalização das PME

Criar um Banco do Fomento e promover instrumentos de financiamento e capitalização das empresas, nomeadamente das PME, de modo a que haja investimento, fomento das exportações e desenvolvimento dos recursos endógenos da economia nacional, dando particular atenção às regiões que sofrem processos trágicos de desertificação ou que estão deprimidas, seja no território continental, seja nas regiões ultraperiféricas.

3. Redução dos Custos de Contexto do Desenvolvimento da Atividade Económica

Assumir a simplificação administrativa, a luta contra a burocracia e um eficiente funcionamento do Estado como factores essenciais de competitividade e atracção de investimento.

4. Apoio à I&D e Inovação nos Processos e nos Produtos

Reforçar a ligação dos pólos de competitividade e dos clusters ao Sistema Científico e Tecnológico e desenvolver um programa de apoio ao Empreendedorismo.

5. Incentivo e Promoção da Economia Verde, das Energias Renováveis, da Eficiência Energética e da Produção Nacional

Desenvolver um 'Programa de Reabilitação Urbana', prosseguir o desenvolvimento sustentável do cluster das energias renováveis, desenvolver a Economia do Mar, o sector agrícola e agro-alimentar, a floresta e o turismo.

6. Promoção das Exportações e à Internacionalização da Economia Portuguesa

Desenvolver um programa integrado em que a Inteligência Económica, os instrumentos públicos de seguro de crédito à exportação, os mecanismos fiscais e a diplomacia económica interajam para aumentar a quantidade e valor das exportações portuguesas.

7. Captação de Investimento Direto Estrangeiro

Assumir como estratégia a captação de IDE promovendo um benchmarking da competitividade do território e do tecido empresarial português e accionando instrumentos financeiros e fiscais adequados.

2.2.4 Um Estado transparente, forte e eficiente

A reforma do Estado não pode ser feita à pressa, nem nas costas dos portugueses. Nem pode ser confundida com um corte de 4.000 milhões de euros, por opção do Governo. A reforma do Estado não começa do zero como se nada para trás existisse de bem feito, nem existissem dinâmicas positivas que importa conhecer melhor e incentivar.

O PS deve liderar o debate sobre a reforma do Estado, em defesa dos valores de que é portador e na procura de soluções que garantam a sustentabilidade, a modernização e a eficácia das políticas públicas e do Estado.

A **reforma do Estado** e da administração pública, enquanto objectivo de modernização da sociedade, deve direccionar-se na defesa e aprofundamento do Estado Social e da democracia, mediante:

1. A afirmação da **escola pública** como espaço de oportunidades e direitos para todos, jovens e adultos, independentemente das situações socioeconómicas de partida. Porque o PS sabe que a igualdade de oportunidades se joga muito no campo das qualificações. É também por aqui que passa o maior desafio da necessária estabilização social, que deve articular-se com uma renovada aposta no crescimento económico. Nesse sentido, urge mobilizar recursos, designadamente fundos comunitários, para apostar num programa massivo de formação e inserção profissional que promova alguma estabilização de rendimentos das centenas de milhares de famílias afetadas pelo flagelo do desemprego.

2. No âmbito do **Serviço Nacional de Saúde** - património maior do PS - importa continuar a garantir a universalidade e a equidade no acesso, promover a diminuição da ineficiência na prestação dos cuidados, reforçando a centralidade nas pessoas, nos processos de cuidados, em articulação e em contínuo e promovendo a evolução de um sistema centrado em cuidados agudos para um outro mais focado nas doenças de evolução prolongada, em concertação permanente e envolvendo todos os actores.

Defendemos uma separação entre os sectores público, privado e social, cabendo ao Estado o papel estratégico no exercício do direito à protecção na saúde e na articulação transparente com os restantes sectores.

A excelência dos resultados em saúde e de operacionalização dos cuidados que atingimos deverá ser usada como arma de afirmação identitária do País, não só sublinhando as nossas capacidades de realização como o potencial de investigação ao mais elevado nível que, nelas está compreendido.

A saúde é um bem em si própria, construtora de coesão social, mas é também indutora da actividade económica. Promove a produtividade, gera emprego de elevada qualidade, incorpora investigação e inovação, encerrando um potencial económico e de internacionalização que deve ser incentivado e apoiado de acordo com pensamento estratégico próprio.

3. Um sistema público de **segurança social** que enfrente os desafios estruturais, como o da evolu-

ção demográfica, que exige políticas sociais destinadas a contrariar a redução da natalidade, designadamente medidas de apoio às famílias, de apoio à parentalidade e de conciliação da vida profissional e familiar. Favorecer as condições de ingresso no mercado de trabalho, apoiar as transições, promover políticas ativas de qualificação profissional e manutenção da ligação dos trabalhadores ao mercado de trabalho, estimular o envelhecimento activo - eis alguns dos desafios prioritários. Por outro lado, depois do progresso alcançado com a redução da pobreza dos idosos, importa concentrar recursos no combate à pobreza das crianças, em particular as inseridas em famílias numerosas e monoparentais com baixos rendimentos.

4. A **reforma do sistema político**, desde logo a lei eleitoral da Assembleia da República, num quadro de respeito das regras da proporcionalidade, governabilidade e aproximação dos eleitos aos eleitores. Um debate participado e partilhado que estamos empenhados em prosseguir que refere à legitimidade e credibilidade da democracia, o papel do parlamento nacional, a transparência financeira, o aprofundamento da legitimidade do exercício político centrado na responsabilidade cívica, um claro sistema de controlos recíprocos e separação de poderes entre as autoridades públicas, a modernização do sistema eleitoral autárquico, o alargamento dos mecanismos de participação dos cidadãos, o reconhecimento aprofundado do princípio da paridade, a valorização da igualdade como contrapartida natural da liberdade e da diferença e a adaptação aos novos desafios sociais e tecnológicos.

5. **Uma política fiscal mais equitativa**, progressiva, transparente e inovadora. O princípio da equidade deve orientar a distribuição de sacrifícios dos portugueses. Cada pessoa deve contribuir na medida da sua riqueza e dos seus rendimentos de modo justo e equilibrado, no respeito pela Constituição da República. Queremos aprofundar uma reforma fiscal ambiental, que alivie a carga fiscal dos rendimentos do trabalho, fazendo-a antes incidir no consumo de recursos e nas emissões poluentes.

Esse é um caminho para gerar receita de forma socialmente mais justa, e também para estimular a criação de emprego.

6. A **aproximação dos cidadãos às instâncias de decisão administrativa**, promovendo a reforma descentralizadora da Administração Central, a sua desconcentração e desburocratização, a regionalização

do continente; aprofundando e responsabilizando a componente regional autónoma do Estado, racionalizando o Sector Empresarial do Estado central, regional e local; melhorando a gestão pública; retomando o dinamismo perdido da modernização administrativa e do governo electrónico; e assegurando o efectivo funcionamento dos instrumentos de valorização do mérito na função pública. Um Estado forte exige uma capacidade reguladora sobre os mercados e a adoção de novas regras, a nível mundial, de regulação eficaz dos bancos, das companhias de seguros e dos fundos especulativos. Um tal objetivo deve ser prosseguido quer pelos Estados, quer pelas instituições europeias. O PS defende ainda que, como medida de reforço concreto da defesa dos direitos dos consumidores, as associações representativas dos consumidores portugueses sejam envolvidas no controlo das entidades de regulação e de fiscalização da economia.

7. A **transparência activa**, como processo de melhoria da qualidade da democracia, implicando maior responsabilização e um exercício mais ativo da atividade política como função nobre ao serviço de todos os cidadãos. A promoção de um princípio de transparência ativa como dever das entidades públicas permitirá garantir o acesso de todos à informação pública, em condições de plena acessibilidade e disponibilidade, invertendo-se, assim, o modelo hoje consagrado. A transparência é o necessário corolário dessa mudança. Só assim poderá haver responsabilização dos agentes políticos. Só assim será possível individualizar aqueles que, por força de um sistema opaco, contribuem para criar uma imagem de suspeição generalizada sobre a vida pública, colocando os respectivos interesses individuais à frente da causa pública.

O PS participará na busca de consensos alargados para a definição de regras de transparência, registo e âmbito da actividade de lóbis.

A separação de interesses entre o sector público e o sector privado deve ser clarificada; desde logo com a adoção de mecanismos severos de incompatibilidade, impedimentos e registos de interesses acessíveis.

A transparência é, a nosso ver, o instrumento idóneo para garantir a ideia de um compromisso ético no exercício das funções públicas.

8. O **combate à corrupção** - a corrupção é inimiga do Estado de Direito e está a enfraquecer o nosso regime democrático, apresentando-se como um fenómeno que ultrapassa em muito a esfera da actuação públi-

ca, sendo transversal a toda a sociedade portuguesa e, por isso, constituindo-se como uma séria ameaça para o desenvolvimento económico sustentável.

O exercício de atividades que visem dar cumprimento ao interesse público deve estar comprometido com padrões éticos exigentes não só para garantir a integridade da coisa pública, como igualmente para detectar e reduzir ocasiões e circunstâncias de risco de corrupção.

2.3 Numa Europa federal com voz própria

Portugal tem um território de 92 090 Km² e 10,5 milhões de habitantes. Num forte contexto de globalização, a integração política e económica numa região do mundo é condição necessária para a sobrevivência do país. Portugal deve reafirmar a sua opção europeia, quer como membro da União, quer como membro da zona euro.

Reafirmar a opção europeia exige ter um pensamento claro quanto ao que deve ser a Europa e que papel deve Portugal desempenhar no seio da União.

Ao contrário do Governo que se comporta com um bom aluno, sem voz própria, aceitando e executando tudo o que a liderança europeia lhe transmite, o PS entende que, mesmo num quadro de assistência financeira externa, Portugal deve pugnar, de forma ativa, por uma União Europeia das pessoas que seja capaz de responder aos seus problemas concretos, de que o desemprego é o mais urgente.

O somatório de políticas orçamentais nacionais, por mais coordenadas que sejam, não origina uma política económica europeia. Muito menos envolto num clima de egoísmos nacionais e de discursos políticos de pendor nacionalista, geralmente caracterizados por uma narrativa de “punição moral”.

Basta de ambiguidades, em que a Europa se entretém desde o início da década de noventa do século passado. É preciso fazer escolhas!

A Europa dos Governos deve dar lugar à Europa das Pessoas e dos Estados. Este objetivo deve ser alcançado através do princípio da igualdade, estruturante dos regimes federais. A partilha de soberania e o seu exercício em conjunto é a expressão inteligente de uma nova abordagem para a adequação do conceito de soberania, real e não formal, aos nossos tempos.

O PS defende a criação de um processo aberto, participado e transparente de revisão dos tratados europeus visando a aprovação de **um novo Tratado Europeu**.

Este novo Tratado Europeu deve acolher,

sem ambiguidades, a governação política e económica europeia (instituições, competências e instrumentos) e mais democracia (responsabilização política, através de eleição direta, dos principais decisores europeus).

Um novo Tratado para uma nova Europa exige também um orçamento europeu com dotação superior à existente (cerca de 1% do PIB) através de receitas próprias, com base no federalismo fiscal. Um orçamento com mais recursos permite a adoção de políticas anti-cíclicas (necessárias para a saída da crise), o desenvolvimento económico (através de investimento reprodutivo), elimina os vetos aos países em dificuldades e põe fim aos “folhetins confrangedores” para aprovação dos orçamentos da UE, como estamos, infelizmente, a assistir.

A integração política na UE não deve excluir outras formas de cooperação multilateral com outras regiões ou países do mundo. Essa cooperação deve obedecer a opções políticas claras e a prioridades muito bem definidas. O espaço da lusofonia, seja através da CPLP ou de relações bilaterais com os países que a integram, deve constituir-se na primeira prioridade da ação política de Portugal nos domínios da cooperação económica, cultural e política.

3 – MOBILIZAR E REFORÇAR A CONFIANÇA DOS PORTUGUESES NO PS

3.1. Um partido mais aberto e mais coeso

O PS foi fundado a 19 de Abril de 1973. Em Abril próximo comemoramos 40 anos. A nossa história confunde-se com a história de Portugal democrático e do Portugal europeu.

A melhor maneira de comemorar o 40º aniversário do PS e recordar os seus fundadores é honrar os valores fundacionais, interpreta-los à luz dos nossos tempos e afirmar permanentemente a urgência do nosso projecto.

Tal como no passado, o país precisa do PS. E o PS aqui está disponível para continuar a servir Portugal.

Serviremos melhor o nosso país com melhores ideias, maior coesão e uma permanente abertura às pessoas.

O debate de ideias deve ser cada vez mais a nossa marca. Prosseguiremos com o **plano nacional de formação**, a realização anual da **Universidade de Verão** e com o **Laboratório de Ideias e Propostas de Portugal**. O LIPP, que substituiu o Gabinete de Estudos, reúne milhares de independentes e militantes em mais de 50 grupos de trabalho permanentes. O Laboratório de Ideias é o espaço privilegiado para o encontro das

competências e das experiências dos militantes e dos simpatizantes socialistas. Do debate aberto e plural resultam contributos relevantes para a valorização da nossa alternativa política.

Seremos ainda mais fortes quanto mais plurais formos no debate e unidos na acção política. Intensificaremos o debate político interno para esclarecimento de militantes e simpatizantes e para a prestação de contas dos dirigentes nacionais através de **plenários de militantes** e de **reuniões estatutárias em todo o país**.

Continuaremos o esforço de comunicação e de troca de informação entre as diferentes estruturas do PS e entre estas e os militantes, através dos sítios do PS na internet e das redes sociais. A aposta do PS em novas plataformas de comunicação deve ser crescente pois é decisiva para a transmissão de informação política, para a consolidação do pluralismo no debate interno e para abrir o PS à sociedade e às gerações mais novas. Um partido político do século XXI exige comunicação permanente e militantes informados e activos.

Intensificaremos e melhoraremos formas de trabalhos com as federações, as concelhias e as secções do PS.

O PS é um espaço aberto à participação de todos e de todas.

Portugal não pode continuar a prescindir do contributo dos jovens portugueses como resulta dos elevados níveis de desemprego jovem ou dos milhares de cidadãos que abandonam o país à procura de oportunidades de realização pessoal e profissional. Com total respeito pela sua autonomia, o PS trabalhará com a **Juventude Socialista** para assegurar uma participação real, consequente e mobilizadora dos jovens portugueses na vida do país. O PS conta com o contributo dos jovens socialistas para um Portugal com futuro.

Com o contributo do **Departamento Nacional das Mulheres Socialistas**, o PS prosseguirá o caminho da igualdade de género, de remoção dos obstáculos à participação das mulheres e de combate às situações de injustiça que persistem na sociedade portuguesa, nomeadamente a desigualdade salarial.

O PS continuará a aprofundar a relação com o mundo laboral, mantendo um diálogo permanente com os sindicatos, no respeito pela sua independência, e reforçando o papel da **Tendência Sindical Socialista**. O PS reconhece a importância crescente do movimento sindical e da concertação social na busca de soluções para sair da crise. O PS valoriza e respeita a diversidade da participação sindical dos seus militantes, constituindo ela própria um factor de aproximação ao mundo laboral e à realidade social.

O respeito pelo princípio das **autonomias regionais** implica uma relação de solidariedade permanente perante os desafios nacionais, na Região Autónoma dos **Açores** e na Região Autónoma da **Madeira**. Agora que os socialistas açorianos renovaram a confiança para governar de Santa Maria ao Corvo, o PS Açores continuará a contar com a solidariedade do PS para os desafios da insularidade no quadro das especificidades da Região. Na Região Autónoma da Madeira, onde os sinais de esgotamento da solução governativa são cada vez mais evidentes, os socialistas madeirenses contarão com a solidariedade empenhada do PS Nacional na construção de uma alternativa política eficaz.

Investiremos na relação com os **grupos parlamentares socialistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu**. A acção dos deputados (no parlamento português e no parlamento europeu), em articulação com os órgãos nacionais do PS é essencial para o reforço e visibilidade da nossa oposição ao Governo e da nossa alternativa. Estas duas frentes, nacional e europeia, são essenciais na estratégia política do PS.

O reforço da implantação do PS junto das **Comunidades Portuguesas** é fundamental. O PS aposta na valorização das Comunidades Portuguesas, no reconhecimento da diversidade dos cidadãos que as integram, na salvaguarda de uma rede base de representação do Estado português, na defesa da identidade portuguesa nas suas várias expressões e na alteração das mentalidades no relacionamento do país com estes cidadãos residentes fora do território nacional. O PS aposta no aproveitamento integral das potencialidades das Comunidades Portuguesas para a afirmação de Portugal.

Um partido como o PS tem de ter a ambição de incluir na sua relação com a sociedade portuguesa espaços de participação e de diálogo com os movimentos sociais, nas suas diversas expressões e formas de organização. No respeito pela sua independência, o PS aprofundará as relações com os movimentos sociais por forma a promover o reforço e desenvolvimento da cidadania e do voluntariado. Esta relação de parceria permitirá promover um debate permanente e aberto em prol dos desafios do país do qual surgirão iniciativas de reforço democrático que pretendem ser elementos geradores de solidez, confiança e evolução do nosso sistema político (dentro e fora dos partidos), bem como acções conjuntas com vista à promoção de melhores níveis de bem estar e de protecção social para todos os portugueses. O PS quer contar com estes cidadãos e movimentos sociais, no respeito pela sua independência, para refor-

mar o sistema democrático e reconstruir a confiança num futuro melhor.

O PS continuará a valorizar o trabalho no âmbito do **Partido Socialista Europeu**, da **Internacional Socialista** e dos **espaços de cooperação política da Lusofonia**. A solidariedade e o trabalho em comum da família socialista é essencial para a afirmação de uma alternativa política ao neoliberalismo europeu e à globalização sem regras. O PS continuará a apostar no reforço da integração política da lusofonia apoiando a criação de uma plataforma de cooperação política entre as forças progressistas de língua portuguesa.

3.2 Uma nova forma de fazer política

O PS é um partido que aspira a governar Portugal. O PS não é um partido de oposição. O PS está na oposição. Um oposição firme e na defesa dos seus valores, responsável perante os compromissos assumidos e agindo construtivamente, apresentando sempre alternativa quando discorda de uma proposta do Governo.

O PS fixou uma regra de ouro: não prometer nada na oposição que não possa cumprir quando for Governo.

Esta postura é condição de credibilidade da alternativa do PS.

A unidade no PS é uma condição referencial para o que mais importa fazer: unir os portugueses numa larga plataforma de entendimento em torno de soluções partilhadas para os problemas nacionais.

Impõe-se que o PS em nenhum momento se deixe cair na tentação do isolamento. Só em torno do PS é possível congregar disponibilidades e mobilizar energias criativas. É com tal entendimento que o PS se declara firmemente empenhado em constituir-se como pólo agregador de concertação social.

A **concertação social e o diálogo político** estruturaram o modo de acção política do Partido Socialista, que se deve assumir como plataforma aberta ao entendimento e à participação. Estreitar relações intensas com empreendedores, associações sindicais e patronais, sem discriminações, instituições de solidariedade social, ONG's e outros movimentos informais significará fazer do PS um interlocutor constante dos protagonistas sociais. Assim, o PS deve mobilizar o maior número de organizações e cidadãos para as tarefas que o país mais reclama e de que carece.

A consequência natural desse empenha-

mento na concertação e no diálogo é o PS se assumir como interlocutor privilegiado na busca de soluções de compromisso e entendimento com os demais partidos políticos. Sem quebra da sua identidade e do seu ideário, sem hipotecar os seus valores e o rumo de uma estratégia consequente para o País, o PS deve empenhar-se em obter do eleitorado confiança que lhe permita uma maioria absoluta para governar mas deve, igualmente, deixar claro que, seja qual for a dimensão dessa maioria, a sua disponibilidade para o diálogo e para o empenhamento na prossecução de soluções conjuntas, a todos os níveis da governação, deve ser uma constante e um compromisso fundamental com todos os eleitores.

3.3 Os objetivos eleitorais: um ciclo vitorioso

Vamos entrar num longo ciclo eleitoral. Um ciclo decisivo para Portugal e para o PS. Os portugueses vão, em cada momento eleitoral, ser chamados a envolver-se com a afirmação de um projecto para um Portugal justo, moderno e solidário protagonizado pelo PS. Este ciclo eleitoral é particularmente relevante porque perante o empobrecimento dos portugueses e a pretensão de desmantelamento do estado social, os eleitos do PS, nos planos local, europeu e nacional, protagonizarão, com empenho, uma resposta que concretize um Portugal justo, moderno e solidário.

A afirmação de um PS unido, construtivo e com cultura de compromisso é condição essencial para a apresentação de uma proposta mobilizadora para o país que se traduza em vitórias nas eleições autárquicas, nas eleições europeias e nas eleições legislativas.

A recuperação da confiança dos portugueses materializada nesses sucessos eleitorais será sempre o resultado da unidade na acção política do PS e do amplo debate em torno das bases comuns de orientação estratégica que o Partido colectivo e democraticamente aprovar.

As **eleições autárquicas** são uma das prioridades políticas do PS em 2013. A nossa meta é trabalhar para que o PS volte a ser primeiro partido autárquico. Não será tarefa fácil, entre outras razões pelo facto de uma parte substancial dos atuais presidentes de câmara, autarcas de prestígio, não poderem recandidatar-se por força da lei e, independentemente da interpretação jurídica, pela exigência política que colocámos a nós próprios de não recandidatarmos a nenhum outro concelho presidentes de Câmara com mais de três mandatos. O PS ao assumir esta orientação política tem consciência que poderá ser prejudicado eleito-

ralmente, mas o PS não abdica de contribuir para a renovação dos protagonistas políticos.

No plano autárquico concorreremos em todo o país de forma autónoma afirmando a nossa matriz e o nosso programa, em aliança com as populações e os seus movimentos cívicos de acordo com as dinâmicas próprias de cada freguesia e de cada concelho, respeitando a vontade política das bases do partido.

O PS lutará para devolver a autonomia ao poder local que este Governo tem vindo a destruir, de que a lei dos compromissos e a nova proposta de finanças locais são exemplos elucidativos.

O abandono das populações à sua sorte com a extinção cega de freguesias reforçou o papel absolutamente central dos autarcas como último elo de ligação dos cidadãos a instituições coletivas imprescindíveis para a preservação da coesão social e territorial.

Em articulação com a Associação Nacional dos Autarcas Socialistas organizaremos a **Convenção Nacional Autárquica**, antes das eleições de Outono, onde adoptaremos o núcleo essencial dos princípios e das políticas que são a nossa marca distintiva em relação a outras forças políticas.

As **eleições europeias** serão o momento por excelência de reafirmação do projecto europeu e constituirão uma oportunidade para recuperar a confiança dos portugueses a partir de um debate lúcido e esclarecedor sobre as origens da crise, sobre a importância das respostas coordenadas no plano europeu e sobre a necessidade de uma visão federalista e democrática da União Europeia. No âmbito da agenda socialista europeia quanto ao que deve ser o futuro do projecto europeu, nunca como hoje foi tão determinante para o futuro do país a escolha de eurodeputados portugueses. Este será um momento vital para a afirmação do caminho escolhido pelo Partido Socialista para a saída da crise e para o cumprimento do seu projecto de alternativa. É, aliás, condição do seu sucesso, o que responsabiliza excepcionalmente os candidatos do PS.

As **eleições legislativas** serão o momento determinante para a escolha dos portugueses entre duas propostas alternativas: uma proposta ultraliberal que deixa os portugueses à sua sorte ou uma opção progressista e solidária que não deixa ninguém para trás. É este o grande desígnio do PS neste ciclo eleitoral e para o qual o PS se apresenta com uma proposta política alternativa e ganhadora para governar Portugal.

MOÇÃO DE CANDIDATURA A PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

TOD@S DIFERENTES SOMOS IGUAIS

Primeira subscriitora
ISABEL COUTINHO

A igualdade entre mulheres e homens constitui um dos desafios mais importantes na prossecução de uma sociedade mais justa e inclusiva. O reforço da reflexão sobre a participação efetiva das mulheres na vida interna do PS terá de refletir, obrigatoriamente, o projeto de sociedade que preconizamos.

Este projeto visa a consolidação de relações de género democráticas, nas quais o direito à igualdade e o respeito pela diferença sejam efetivos. E pretende afirmar modelos de subjetividade onde se inserem o feminino e o masculino, bem como defender a igualdade de oportunidades e o igual valor de todos.

A atual situação política e social do país leva-nos a abraçar um projeto de ação capaz de se constituir como alternativa construtiva, no sentido de apresentar soluções que contribuam para inverter o percurso de austeridade e de desigualdade que tem sido imposto às portuguesas e aos portugueses por este Governo.

Deste modelo de (des)governança, decorre a necessidade de adotar medidas práticas que reforcem a solidariedade e a estabilidade, sendo, para nós, incontornável manter, no primeiro plano da agenda, os problemas e as desigualdades sociais.

A crise dá-nos a oportunidade de retirar importantes lições e de decidir em conjunto sobre a forma que queremos dar às alterações prioritárias do atual contexto, a partir de um esforço coletivo, no qual mulheres e homens são chamados a intervir, com base num modelo de participação igualitária. Sabemos que esta não é a postura que tem vindo a ser assumida pelos atuais governantes. Mas é a força desta moção: afirmar esta mensagem no seio do Partido Socialista, com repercussões na sociedade civil, de forma a traduzir-se numa ação concertada nas medidas governativas. Porque existem mulheres e homens, mas, antes de mais, pessoas diferentes, mui-

tas das quais unidas pelos valores do Partido Socialista, é fundamental dar oportunidade à diferença que nos torna mais ricos na nossa mensagem e ação: “Tod@s diferentes somos iguais”. Sabemos que a afirmação da igualdade de oportunidades e de género tem a sua essência no respeito pela diferença. A partir da assunção deste direito fundamental, os processos de decisão e de atuação são valorizados. Quando mulheres e homens têm efetiva oportunidade de participação, todos ganhamos.

Para implementarmos o que falta - das muitas propostas legislativas, planos de ação, pareceres, relatórios -, temos que obter feedback e avaliar os resultados. As decisões e políticas devem ser bem fundamentadas, exequíveis, eficientes e concertadas em igualdade de efetiva.

A este propósito, relembremos que o Partido Socialista tem sido pioneiro no contributo para a igualdade de género e para a não discriminação, nomeadamente através da Lei da Paridade, do reforço do conceito de parentalidade, da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, entre outros contributos.

A igualdade entre mulheres e homens faz parte dos valores comuns da União Europeia (UE), constituindo um direito fundamental e um objetivo que deve ser promovido em todas as suas atividades.

O artigo 23.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estabelece a obrigação de «garantir a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração».

A atuação da UE no campo da igualdade de género compreende múltiplas iniciativas políticas e diversos instrumentos jurídicos e financeiros que têm gerado desenvolvimentos adicionais ao longo das últimas décadas nos Estados-membros. Reconhecimen-

te, o direito europeu está na vanguarda dos direitos das mulheres.

Recentemente, a Comissão Europeia reforçou o seu empenho em relação à igualdade de género, com a adoção da Carta das Mulheres e da Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres (2010-2015), onde define cinco áreas prioritárias de ação: igualdade na independência económica; igualdade na remuneração por trabalho igual ou por trabalho de igual valor; igualdade na tomada de decisões; dignidade, integridade e fim da violência com base na identidade sexual; e igualdade entre homens e mulheres na ação externa.

Em Novembro último, apresentou uma proposta de Diretiva, visando promover uma representação mais equilibrada dos géneros nos conselhos de administração das empresas europeias. O objetivo é combater a elevada e persistente sub-representação das mulheres e as barreiras invisíveis que continuam a condicionar fortemente o seu acesso a posições de topo nas organizações.

O compromisso com a realização da igualdade de género é também assumido pelos Estados-membros na forma de um Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período 2011-2020. Reconhece-se que este é um princípio fundamental da União Europeia e que se reveste ainda de extrema importância para o crescimento económico, para a prosperidade e competitividade

As orientações para o emprego, ao abrigo da «Estratégia Europa 2020», afirmam ainda a necessidade de «integrar de forma visível o princípio da igualdade de género em todos os domínios de ação pertinentes, para que todos os aspetos das orientações possam ser executados nos Estados-membros».

Importa referir também que a Resolução de 2000 do Conselho Europeu de Ministros do Emprego e da Políti-

ca Social, relativa à participação equilibrada das mulheres e dos homens na atividade profissional e na vida familiar, continua a ser um dos documentos europeus mais progressistas no âmbito da igualdade entre homens e mulheres.

A Resolução realça que é chegado o momento “para a concretização do novo contrato social em matéria de género, em que a igualdade, de facto, de mulheres e homens na esfera pública e na esfera privada seja socialmente assumida como condição de democracia, pressuposto de cidadania e garante da autonomia e da liberdade individual”.

Partindo de uma orientação europeia, é necessário concretizar ações que vão desde a melhor representação política das mulheres, através do maior equilíbrio de género nos parlamentos nacionais (uma vez que, nos últimos tempos, a mesma não apresentou uma evolução linear) até à evidente necessidade de prestar atenção tanto às taxas de emprego como à igualdade das condições de trabalho e oportunidades de carreira e salário. Não esqueçamos que o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias já demonstrou a necessidade de dotar a legislação relativa à igualdade de género de disposições claras e inequívocas. Em paralelo, o esforço deve centrar-se na sensibilização para a extinção de barreiras na Licença Parental, de modo a aumentar a taxa de utilização por parte dos homens e apelar à afirmação do empreendedorismo no feminino, mediante a criação de estruturas de formação e assessoria e o acesso ao financiamento público e privado.

A base estruturante deste projeto que apresentamos às mulheres socialistas centra-se na ideia de que a participação equilibrada nas esferas pública e privada serve os interesses de homens e mulheres, apostando na natureza recíproca das relações de género.

Apesar dos avanços e progressos notáveis, os obstáculos a uma igualdade real continuam a exis-

tir e têm tendência a agravar-se no atual contexto de crise. Além deste aspeto, é fundamental ter atenção ao caminho político de austeridade definido pelos atuais governantes, que não assume o crescimento económico e o emprego como objetivos fundamentais de desenvolvimento, tendendo a aprofundar as desigualdades. Este terreno é propício a retrocessos conservadores que remetem, novamente, as mulheres para os papéis tradicionalmente a elas relegados, com perdas dramáticas ao nível dos direitos, muitos deles conquistados com o esforço de mulheres e homens socialistas que fizeram desta causa um marco civilizacional.

É preocupante verificar que os cortes na saúde têm consequências negativas na prestação de cuidados dos cidadãos, designadamente ao nível da saúde materno-infantil, uma área na qual Portugal conseguiu um avanço significativo e um lugar de destaque no mundo, mas onde o perigo de retrocesso é evidente.

É preocupante verificar o aumento da pobreza infantil e os seus efeitos nas gerações vindouras.

É preocupante verificar que, não obstante a diversa legislação existente, os números revelam que as mulheres continuam a ser discriminadas em vários domínios, como o do trabalho, e que constrangimentos sociais e pessoais insistem em condicionar as suas oportunidades e o exercício dos seus direitos.

A participação equilibrada nas esferas pública e privada serve os interesses de homens e mulheres e aposta na natureza recíproca das relações de género. Aspetos a ter em conta num Portugal que vê aumentar o seu índice de envelhecimento demográfico e vê diminuir o índice de renovação geracional.

É com estes pressupostos que nos queremos comprometer e trabalhar para uma alternativa de esperança na igualdade.

Tendo em atenção este enquadramento, a ação que propomos concretizar no seio do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas centra-se em várias esferas que apresentamos, de seguida.

Política

- Reafirmar o papel do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, bem como dos vários Departamentos Federativos, tornando efetiva a sua importância no contexto de todos os órgãos e estruturas do Partido Socialista.

- Agendar reuniões abertas às militantes do Partido Socialista nos vários Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas, para auscultação de problemáticas e definição de prioridades.

- Promover e participar na discussão sobre a reforma do Estado, apresentando contributos que salvaguardem intransigentemente a defesa da justiça e equidade sociais e a conciliação da vida profissional e familiar.

- Monitorizar o efeito e o alcance das medidas legislativas em vigor, em estreita ligação com o Observatório de Género, dinamizado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, bem como com outros agentes/entidades que estudem estas matérias.

- Redigir um relatório anual sobre os progressos realizados em matéria de igualdade entre homens e mulheres e de combate às desigualdades em Portugal, que permita elaborar um diagnóstico e definir as prioridades do plano de ação.

- Implementar uma plataforma de diálogo com as mulheres socialistas e com a sociedade civil, a realizar-se mensalmente na Sede Nacional e nas Sedes Federativas, que permita a partilha e troca de informação útil, no contexto de participação cívica e política.

- Apoiar, estimular e dar visibilidade ao processo autárquico de 2013, nomeadamente através da edição de um panfleto biográfico que inclua todas as candidatas autárquicas.

- Acompanhar e verificar os procedimentos administrativos conducentes ao processo autárquico de 2013.

- Organizar um encontro nacional de mulheres autarcas, com o objetivo de partilhar experiências, refletir sobre problemáticas atuais do contexto social e político e pensar coletivamente sobre soluções.

- Sensibilizar as candidatas e os candidatos autárquicos para a integração da perspetiva de género na ação política, promovendo sessões de formação/informação.

- Dinamizar formação sistemática sobre matérias e desafios da gestão e trabalho autárquicos.

- Continuar a apostar na formação nas áreas de capacitação política e gestão do discurso político.

- Acompanhar a implementação dos planos municipais para a igualdade nas autarquias, em estreita articulação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

nia e Igualdade de Género.

- Apoiar, de uma forma mais próxima, a atividade de várias instituições e organismos que têm sede no interior, procurando, por um lado, dar a merecida visibilidade deste esforço e, por outro, incentivar a melhoria do trabalho no terreno e o surgimento de novos projetos.

- Reforçar o trabalho conjunto sobre as políticas de igualdade de género com a Juventude Socialista, principalmente nas áreas da educação/formação, emprego, desporto, saúde e comportamentos de risco.

- Reforçar o trabalho conjunto sobre as políticas de igualdade de género com as mulheres socialistas europeias, as deputadas ao Parlamento Europeu, as mulheres da Internacional Socialista, bem como com a rede das mulheres socialistas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e outras organizações internacionais.

- Acompanhar o processo das eleições europeias de 2014, sublinhando a inclusão, no programa do Partido Socialista, de políticas que garantam a defesa dos direitos e da igualdade das mulheres.

- Integrar, no Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, grupos de trabalho temático em áreas como a economia/finanças, educação, saúde, mundo laboral, entre outras, abertos à sociedade civil, tendo em vista um maior envolvimento de pessoas que possam contribuir com conhecimento mais aprofundado dos temas.

- Publicar e divulgar os resultados dos grupos de trabalho temáticos.

- Estabelecer uma comunicação célere, clara e eficiente com os órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

- Divulgar, regularmente, a ação do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas junto dos órgãos de comunicação social.

- Agendar uma convenção anual de mulheres do Partido Socialista que constitua um momento de intervenção e afirmação políticas.

Emprego

- Propor a discussão de um sistema de quotas nas comissões, conselhos de direção e conselhos de nomeação estatal, assim como nas universidades.

- Promover encontros com parceiros sociais para sensibilizar e debater questões de equidade salarial e di-

reitos da mulher relativamente ao trabalho.

- Sinalizar situações de desrespeito pelos direitos que consagram a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, bem como situações de discriminação laboral, reportando-as à Autoridade para as Condições no Trabalho e à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

- Sensibilizar para o exercício de uma parentalidade verdadeiramente partilhada, reforçando que esta partilha é um direito da criança e que são concedidos à mãe e ao pai direitos laborais para o seu exercício.

- Sensibilizar a Direção e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assim como os agentes locais, para a importância de se continuar a garantir a implementação de medidas conducentes ao apoio às famílias na prestação de cuidados a crianças, idosos e portadores de deficiência.

- Promover o empreendedorismo feminino, em articulação com a Rede Europeia para a Promoção do Empreendedorismo, ajudando as mulheres a aumentarem a sua visibilidade e a expandirem os seus negócios.

- Informar/formar as mulheres sobre recursos logísticos, jurídicos, formativos e financiadores da criação de negócio próprio.

- Ajudar a promover, de uma forma mais ativa, a alteração de atitudes e práticas conducentes a mudança de mentalidades, tendo em vista a eliminação de situações de discriminação. A título de exemplo, podemos referir que os homens também devem ser vistos como “cuidadores”, beneficiando das mesmas condições asseguradas às mulheres.

Educação e cidadania

- Elegar a escola como tempo e espaço privilegiados de combate às desigualdades e à eliminação de estereótipos que impedem uma sociedade mais justa e igualitária.

- Defender a inclusão da perspetiva de género na formação inicial e contínua de educadores e professores, bem como nas orientações curriculares e no conteúdo dos manuais escolares.

- Incentivar a inclusão da perspetiva de género na educação e formação de funcionários públicos e nas diretivas curriculares, com o objetivo de promover mudanças nas mentalidades e na atitude de reconhecimento da igualdade na esfera dos direitos civis e políticos, mas tam-

bém na esfera dos direitos económicos e sociais.

- Promover um concurso nacional, aberto a todas as escolas, nos vários níveis de ensino, que premeie trabalhos/projetos onde a perspectiva de género seja abordada, desenvolvida, aprofundada e trabalhada de uma forma transversal, com a devida divulgação dos resultados.

Violência doméstica e tráfico de seres humanos

- Continuar o trabalho com as várias instituições a nível internacional, nacional e local, no sentido de se avaliarem os avanços e as lacunas no trabalho desenvolvido na área do tráfico de seres humanos e da vio-

lência doméstica, nomeadamente no que respeita à violência na conjugalidade e relações de intimidade, procurando adequar propostas e planos de ação.

- Sensibilizar o Governo para a criação de Comissões de Proteção do Idoso, a implementar nos municípios (com base no modelo já definido para o funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens), numa lógica de trabalho de parceria em rede capaz de promover a segurança e os direitos da população sénior.
- Sinalizar lacunas jurídico-legais na condenação dos agressores e na proteção das vítimas, sensibilizando as entidades competentes nestas áreas

para a importância da efetiva implementação de medidas definidas pelo legislador.

- Contribuir para o aperfeiçoamento da legislação específica na área da violência doméstica e tráfico de seres humanos, reunindo o contributo dos cidadãos e das instituições com experiência no trabalho com vítimas e agressores.
- Reforçar a necessidade de priorizar a prevenção da violência, nomeadamente a violência no namoro e entre pares, através da integração destes temas no contexto educativo.

Cultura

Promover encontros com mulheres li-

gadas à área da cultura, com o objetivo de incentivar a discussão sobre esta temática, bem como de apoiar a divulgação de iniciativas desenvolvidas por novos talentos portugueses.

Para nós, o mais importante são os avanços na afirmação da igualdade, porque é sabido que estas ideias, independentemente de serem, ou não, inovadoras, não são uma realidade, quer na esfera pública quer no domínio privado.

O desafio que colocamos a cada mulher socialista é o de trazer para a agenda estes temas que farão a diferença quando se afirmarem. Por isso, marcar a diferença é o nosso objetivo, porque na nossa diferença somos iguais.



MOÇÃO DE CANDIDATURA A PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS NOVAS IDEIAS PARA A IGUALDADE COM ACÇÃO

Primeira Subscritora
GRAÇA FONSECA

1. PORQUÊ ESTA CANDIDATURA

Liberdade, igualdade, fraternidade, são os valores fundacionais do Partido Socialista que, desde sempre, me nortearam na acção política e que, hoje, são a razão por que me candidato. Estes são os valores pelos quais muitas mulheres lutaram e que têm que estar no centro da nossa luta política diária. Estes são os nossos valores de sempre que têm que ser plenamente assumidos pelas novas gerações, aquelas que estão, hoje, a construir o nosso futuro colectivo.

É neste encontro entre gerações que quero ajudar a construir o futuro do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas e uma nova agenda política para a Igualdade. Hoje, mais do que nunca, estamos confrontadas com novas ameaças à democracia, à liberdade e à igualdade de direitos que temos que enfrentar com a mesma determinação e a mesma coragem com que, no passado, muitas mulheres lutaram por essas mesmas conquistas. Por isso, hoje, mais do que nunca, precisamos mobilizar todas as gerações de mulheres: as que lutaram pelos primeiros passos da nossa Democracia e as que hoje, tantos sucessos depois, combatem pelo aprofundamento dos nossos direitos sociais, cívicos e políticos. Pela sempre inacabada luta pela igualdade.

Candidato-me porque quero contribuir para a abertura do Partido. Os tempos que vivemos constituem um verdadeiro desafio. A crise financeira, a gestão europeia da resposta à crise, as políticas de austeridade que são hoje impostas a muitos países da Europa trazem consigo um número de desempregados que há muito não se via na Europa, o enfraquecimento do papel do Estado no apoio às cidadãs e aos cidadãos europeus, reduções salariais e recuos nos serviços públicos de saúde, educação e segurança social. Todas estas mudanças estão a criar um clima de desesperança e de desconfiança na democracia que devemos procurar compreender para que possamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar uma ruptura entre os partidos e os eleitores, entre os eleitos e os cidadãos.

Candidato-me assim, consciente destes problemas e com o propósito de procurar activamente novas formas de relação do Partido Socialista com a sociedade, de potenciar a participação de simpatizantes do PS na vida do partido e de estimular uma relação próxima com as instituições, associações e movimentos sociais. Porque o PS sempre esteve e deve continuar a estar na linha da frente das mudanças nas práticas políticas, transformando-as no sentido de estreitar as relações com a sociedade e de aumentar a transparência do funcionamento dos partidos.

Candidato-me porque quero construir linhas de actuação política para a igualdade fundadas nos valores que nos uniram no Partido Socialista, em sintonia com o país e com os tempos que vivemos. Mas também porque não podemos ficar indiferentes às novas desigualdades e àquelas que, ainda hoje, subsistem na sociedade portuguesa, como, por exemplo, em matéria salarial.

Candidato-me porque acredito poder fazer a diferença, assumindo plenamente o trabalho das muitas mulheres que construíram o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas e que lutaram pela igualdade no nosso país.

Não me candidato em nome de ninguém, nem contra alguém. Candidato-me em meu nome e em nome dos valores e das causas que defendo e pelas propostas que irei apresentar para uma agenda política para a igualdade em Portugal.

2. O QUE PROPOMOS A DOIS ANOS: UMA AGENDA POLÍTICA PARA A IGUALDADE

A vocação fundamental do DNMS é liderar a elaboração de uma proposta progressista e aberta à sociedade para a igualdade de direitos. Este é o caminho que propomos.

Queremos construir uma agenda política para a igualdade com propostas concretas para problemas concretos das

mulheres. Temos que ter respostas adequadas ao problema do desemprego, jovem e menos jovem, que afecta gravemente as mulheres; para o aumento da pobreza, que tem uma preocupante expressão nas mulheres e nas famílias monoparentais lideradas por mulheres; para todas as formas de ameaça à dignidade e à integridade; para todas as discriminações em função de factores subjectivos, como a orientação sexual, a nacionalidade e a etnia; para as desigualdades no mercado de trabalho, nomeadamente no plano salarial e de acesso a cargos de direcção; para os bloqueios, ainda persistentes, no exercício dos direitos de cidadania política.

A crise que, neste momento, atinge a Europa e, de forma particularmente profunda, Portugal traz consigo inúmeros riscos e embora existam evidências de que durante a crise diminuam as desigualdades no emprego, no desemprego, nos salários e na pobreza, isto não significa progresso na igualdade de género, já que a diminuição do diferencial assenta em menores taxas de emprego, maiores taxas de desemprego e redução de salários - tanto para mulheres como para homens.

Por outro lado, e ainda consequência desta crise, a redução do investimento no Estado-providência levada a cabo por este Governo trará maior sobrecarga às mulheres, que já são responsáveis sobre a parte mais significativa das tarefas de cuidado das crianças e dos idosos dependentes. O DNMS deve, por isso, ter um papel activo na oposição à coligação PSD/CDS e às políticas que constituem uma ameaça à igualdade e à melhoria das condições de construção dessa igualdade.

Assumimos que não temos a resposta para todos os desafios que hoje se colocam à igualdade de direitos em Portugal. Não temos a solução para todos os problemas que as mulheres enfrentam em diferentes áreas, desde a economia à participação política. Mas queremos construir a nova agenda política para a igualdade com a visão, o conhecimento e os contributos de todas as militantes

socialistas e de todas as mulheres simpatizantes do Partido Socialista.

A agenda política para a igualdade que vamos propor para a próxima legislatura será construída ao longo dos próximos dois anos, com os contributos de todas e de todos os que queiram participar neste grande debate nacional.

Vamos realizar reuniões descentralizadas por todo o país, ouvindo, debatendo, reflectindo e recolhendo contributos e propostas.

Vamos abrir novos canais de comunicação entre o DNM do Partido Socialista e a sociedade, através das redes sociais e novos meios de comunicação digital, para que todas e todos possam contribuir.

Vamos, portanto, utilizar mecanismos de participação que promovam o envolvimento activo das pessoas nesta causa que é de todas e de todos: a igualdade de direitos entre todos os cidadãos, mulheres e homens.

Só assim, de forma aberta, participada e transparente será possível elaborarmos uma agenda política para a igualdade sintonizada com a sociedade e com as pessoas. E este é o nosso compromisso de mandato. Construir esta nova agenda política para a igualdade, que afirmamos, desde já, queremos que seja assumida pelo Partido Socialista como a sua proposta para a próxima legislatura.

3. O QUE PROPOMOS JÁ

A defesa radical da igualdade é, em si, um factor de progresso das condições económicas, sociais e culturais que favorecem a eliminação das desigualdades e da discriminação. O DNMS deve, assim, assumir um papel claro na defesa de propostas e medidas progressistas para a igualdade de direitos de todas as mulheres e entre mulheres e homens.

Desde já, assumimos que o DNMS defenderá 5 propostas muito concretas:

1. PMA para todas as mulheres - A alteração da legislação sobre Procriação Medicamente Assistida, de forma a incluir todas as mulheres, eliminando a proibição de recurso à PMA por mulheres solteiras à inseminação e a exigência da realização dos procedimentos apenas com finalidades terapêuticas de infertilidade;
 2. Adopção de crianças por casais do mesmo sexo - Mais de três anos volvidos desde a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, deve assumir o compromisso de completar este caminho de promoção da igualdade e combate à discriminação, preparando o seu programa eleitoral de forma a garantir a possibilidade de adopção de crianças por casais do mesmo sexo, eliminando a impossibilidade legal que actualmente existe;
 3. Alargar o princípio da Paridade - Passados mais de 6 anos da Lei da Paridade é preciso ir mais longe no princípio da paridade na tomada de decisão. É preciso efectivar o princípio da paridade não só garantindo a aplicação desta regra aos cargos políticos executivos como exigindo que mulheres e homens apareçam intercalados nas listas e aumentando, progressivamente, a percentagem mínima de mulheres nas listas candidatas a eleições até alcançar a efectiva paridade entre mulheres e homens. Tal como aconteceu com a Lei actualmente em vigor, o PS deve ser precursor destas práticas na elaboração das suas listas e dinamizador fundamental das alterações legislativas. Mas a promoção da igualdade na decisão não se deve restringir à área política. Também na arena empresarial há muito a fazer em matéria de igualdade, nomeadamente, tirando pleno partido das qualificações, do mérito, do potencial e do talento de cada um(a) abrindo os conselhos de administração das empresas (públicas e privadas) às mulheres. Para este propósito, devem ser consideradas as recentes propostas da Comissão Europeia de evoluir progressivamente para uma quota 40% dos membros não executivos dos conselhos de administração de grandes empresas.
 4. Mais igualdade na licença de parentalidade - Reconhecendo a importância do avanço conseguido em 2009 com a possibilidade de beneficiar mais um mês de licença de parentalidade desde que esse mês fosse gozado pelo pai (passando de 582 licenças partilhadas, em 2008, para 16.719 (21% do total das licenças) em 2012), cumpre-se prosseguir este caminho. O DNMS deve iniciar desde já o desenho de uma solução alternativa de reforço da licença obrigatória a gozar pelos pais, numa lógica mais próxima do modelo nórdico de 1+1+1 (um período para a mãe, outro período para o pai e um terceiro período a gerir pelo casal, todos de idêntica duração). Este é um contributo essencial para neutralizar a eventualidade de uma prática discriminatória do empregador no momento em que decide contratar uma mulher;
 5. Investir nos equipamentos sociais - Uma das consequências da crise que neste momento atravessamos é o desinvestimento em políticas sociais e, nomeadamente, na rede de equipamentos sociais. A existência de uma rede de equipamentos sociais de qualidade, que exista em todo o território e com um funcionamento que vá ao encontro das necessidades das populações são um elemento fundamental de coesão social, por um lado, e de promoção da conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional, em particular das mulheres, que persistem como mais sobrecarregadas pelas horas de trabalho não pago no apoio à família. O DNMS e o PS devem exigir o regresso do investimento em equipamentos sociais que combata a carência de equipamentos sociais, em particular das creches e os jardins de infância.
- Mas para o DNMS conseguir uma maior abertura à sociedade e às pessoas e para trazer mais mulheres para a frente do combate política, é necessário também promover mudanças dentro do PS.
- Decorridos mais de 10 anos da consagração da actual configuração do DNMS, é chegado o momento de adoptar propostas inovadoras relativamente à forma como está posicionado nos estatutos do Partido Socialista, na forma como se organiza internamente e nos métodos de trabalho que utiliza.
- Assim, propomos:
1. **A alteração** da configuração estatutária do DNMS, evoluindo para uma estrutura de natureza igual à da Juventude Socialista, assumindo uma vocação propositiva e programática, de defesa radical da igualdade de direitos em todas as suas dimensões.
 2. A criação de núcleos de trabalho do DNMS para o desenvolvimento de actividades políticas em áreas estratégicas da agenda política para a igualdade (a título de exemplo, o núcleo de assuntos económicos e laborais, núcleo de assuntos internacionais, núcleo LGBT);
 3. Muito fruto do trabalho do DMNS, o PS tem hoje uma rede de mulheres autarcas com uma enorme experiência e conhecimento dos desafios que enfrentamos neste combate pela igualdade de direitos. O DNMS deve dinamizar a construção de uma rede nacional de mulheres autarcas socialistas que constitua um espaço de debate, de trabalho em rede, de partilha de boas práticas e de definição de uma linha de acção política em matéria de igualdade de direitos e de participação política;
 4. Promoção de acções para a dinamização, reforço e capacitação da participação das militantes socialistas a nível nacional, nomeadamente através do reforço do apoio e trabalho em rede com os departamentos federativos, da formação a nível nacional acessível a todas as militantes, do trabalho com os parceiros e grupos sociais;
 5. A paridade tem que começar nos órgãos internos do partido. O PS foi protagonista nas mudanças nas práticas e na alteração legislativa que instituiu a paridade nas listas de candidatura, mas o secretariado nacional é maioritariamente masculino e existe apenas uma presidente de federação mulher. O DNMS deve liderar o trabalho interno no sentido de compreender as razões desta desigualdade no acesso a cargos eleitos e deve bater-se pela paridade no Secretariado Nacional.



AS ESTRUTURAS PRIMEIRO

Informação aos militantes, responsáveis locais, distritais e regionais do PS

Atualização de dados

A Base de Dados de militantes do Partido Socialista é uma fonte de informação extremamente útil na ação política, em especial, com os desafios que se avizinham. A atividade do PS será tão mais eficaz, quanto mais atualizada estiver a informação dos nossos militantes.

Assim, pedimos que preencha a informação, que tenha sido modificada desde o preenchimento da ficha de militante, nos espaços abaixo, enviando digitalizada para dnd@ps.pt ou para Departamento Nacional de Dados, Partido Socialista, Largo do Rato, nº 2, 1269-143 Lisboa - Portugal

Ficha de atualização de dados

(Preencher apenas os dados que sofreram alteração)

NOME COMPLETO *		Nº MILITANTE *
MORADA		LOCALIDADE
		CÓDIGO POSTAL
DISTRITO	CONCELHO	FREGUESIA
E-MAIL	TELEFONE	TELEMÓVEL
NATURALIDADE	CONCELHO	FREGUESIA
PROFISSÃO	LOCAL DE TRABALHO	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS		
BI Nº	NIF	ESTADO CIVIL

(*) Preenchimento obrigatório

Atualização do Ficheiro Político

O Ficheiro Político do PS necessita de estar permanentemente atualizado. A importância das estruturas locais, distritais e regionais do Partido Socialista são a base da atividade partidária. Se é responsável por uma dessas estruturas e ainda não fez chegar essa informação à Sede Nacional, envie-nos o nome da estrutura a que se refere a informação e os órgãos eleitos na mesma para dnd@ps.pt.

Utilização do email institucional

Desde 2011 que a Sede Nacional do Partido Socialista criou emails institucionais com o domínio @ps.pt. Para estas caixas de correio digitais são enviadas todas as informações relativas à atividade da sua estrutura, desde os movimentos no ficheiro de militantes, às listagens, cadernos eleitorais e etiquetagens pedidas ao Departamento Nacional de Dados.

Para receber esta informação, terá de utilizar este email da sua estrutura. Se ainda não acedeu ou não tem os dados de acesso ao mesmo entre em contacto com a Sede Nacional – Departamento de Informática, através de miranda@ps.pt.

Regras de entradas de fichas

O processo de adesão ao Partido Socialista sofreu alterações com a entrada em vigor dos novos estatutos (junho 2012) e regulamentos (outubro 2012), pelo que a partir dessa altura passou a ser necessário juntar à ficha de proposta de militante a seguinte informação:

- Cópia de Bilhete de Identidade, Cartão Cidadão, passaporte ou título de residência
- Comprovativo de residência (cópia de Carta de Condução, cópia de conta da água, luz, etc..) – no caso de inscrição pela residência
- Comprovativo de órgão político – no caso de inscrição por órgão político
- Comprovativo de local de trabalho – no caso de inscrição pelo local de trabalho

